

**MOVIMENTOS SOCIAIS, GÊNERO E EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E
MEMÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE
BELÉM-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do Título de Mestre em Educação Área de Concentração: Movimentos Sociais e Educação Popular sob a orientação da Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante.

**MOVIMENTOS SOCIAIS, GÊNERO E EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E
MEMÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO
FEMININA DE BELÉM-PA**

Assunta Maria Fiel Cabral

Aprovada em: 30 /09/2002

BANCA EXAMINADORA:

**PRESIDENTE E ORIENTADORA Profª. Drª. Maria Juraci Maia
Cavalcante**

2º EXAMINADOR Profª Drª Maria do Socorro Lucena Lima

3º EXAMINADOR Profª Drª Ana Elisabeth Bastos Miranda

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que lutaram e às que
ainda lutam pela construção do Conselho Municipal
da Condição Feminina de Belém-Pa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de energia e de luz a me iluminar.

Aos meus familiares:

Carmen e Moacir, mãe e pai sempre a me auxiliar.

Anne e Arthur, filha e filho, pelo amor, carinho e determinação para superação dos desafios.

Jorge, companheiro de sempre, por seu amor e paciência.

Agradecimento especial:

À minha Orientadora Juraci Cavalcante, pela amizade, pela confiança e por ter despertado em mim um novo olhar sobre as possibilidades e a dimensão da pesquisa histórica-social.

Às companheiras do Conselho Municipal da Condição feminina de Belém - CMCF que afetivamente me apoiaram e através de suas memórias deram vez e voz a essa história.

Ao apoio institucional:

Da Universidade da Amazônia-UNAMA, por seu compromisso político-pedagógico com a capacitação docente, apoiando e financiando meus estudos.

Da Prof^a Ana Célia Bahia, Diretora do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, pela solidariedade manifestada e pelo apoio fundamental que possibilitou a minha participação em vários Congressos e Encontros científicos durante o Curso de Mestrado.

Das alunas da turma 3SSV1 do ano de 2001 do curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia pela coleta de dados em jornais.

Do corpo docente e dos funcionários e funcionárias do Curso de Mestrado em Educação Brasileira, pelo acolhimento e respeito com que recebem os estudantes de outros Estados.

Do CNPQ , pela concessão da Bolsa de Pesquisa.

Aos amigos e amigas:

Marize Duarte, amiga querida, sempre preocupada, me dando importantes dicas sobre livros e temas afins.

À amiga Dorinha Alves, ao amigo Sandro Soares e à Professora Sandra Petit, que para além da sala de aula construíram comigo amizade e solidariedade.

À amizade cearense de:

Amílcar Ximenes, Anchieta Pinheiro, Antônia Félix, Clotilde Teles, Das Chagas Félix, Flávio Henrique, Ivanilde Ferreira, Jairo Ximenes, José Guimarães, Liduína Guimarães, Luciana Castelo Branco, Manoel César, Marta Silêda, Mazé Ramos, Nilze Costa e Silva, Pablo Ximenes, e Sônia Braga, companheiros e companheiras de lutas e de sonhos que passaram a ser para mim uma segunda família.

RESUMO

Este estudo enfoca a trajetória do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém-Pa-CMCF, através da memória social e coletiva dos diversos atores sociais que fizeram e fazem uma história que já conta com 15 anos. Essa recomposição mnemonista é reconstituída pela utilização da história oral como método de investigação principal, o que possibilita adentrar em uma realidade vivida, desvendando um contexto social e um universo contínuo de imagens que se apóiam umas nas outras, mas que são independentes enquanto conteúdo e representações. Desde sua implantação em 1986, o CMCF vem construindo sua história intrinsecamente ligada aos Movimentos Sociais de Mulheres, circunscrevendo a organização social e a formação política como eixos principais para consolidar um processo de lutas e conquistas de espaços para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à mulher. A concepção feminista de uma sociedade igualitária de direitos entre homens e mulheres permeia o desenvolvimento das proposições e ações educativas do CMCF no âmbito municipal, circunscrevendo gênero e história como elementos fundantes para análise das relações sociais. Ressalta que no sistema de garantia de direitos que engendram as políticas públicas, a participação das mulheres no processo de planejamento e gestão municipal é imprescindível para possibilitar o olhar específico às demandas da população feminina, e que o Conselho Municipal da Mulher é um importante espaço de representação institucional dentro da administração municipal para potencializar essa participação.

ABSTRACT

This subject concentrates the way of the Conselho Municipal da Condição Feminina - CMCF (Women's Condition Municipal Council) in Belém, Pará during their 15 years of history. The persons were the basis of this work through their reality and living. Since 1986 the CMCF is alongside the women's social movements, fighting for public politics that gives to women legal rights and opportunities. This had been as the mainly point of CMCF performance. The council is an important space for the women participation in the municipal administration and is changing the traditional management into a new kind of social relationship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COLETIVA	24
1.1 A FONTE ORAL COMO INSTRUMENTO DA HISTÓRIA	24
1.2. A MEMÓRIA COLETIVA COMO INSTRUMENTO QUE RECOMPÕE O CONTEXTO	29
2. AS MULHERES CONSTROEM A HISTORIA	32
2.1 A TEORIA FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO	32
2.2 A CRIAÇÃO DO CMCF: ABRINDO O ARQUIVO DE MEMÓRIAS.....	39
2.3 CONQUISTANDO MAIS ESPAÇOS	54
2.4 CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS QUE O CMCF PARTICIPOU (1986-1996)	62
3. POR UMA POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL DE GÊNERO	68
3.1 A POLÍTICA SOCIAL DE GÊNERO	68
3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NESSA CONSTRUÇÃO	74
3.3 A EDUCAÇÃO É O CAMINHO PRINCIPAL: REABRINDO O ARQUIVO DE MEMÓRIAS (1997 - 2001)	80
3.4 CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS QUE O CMCF PARTICIPOU (1997-2001)	95
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5. BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

A significação do passado no espaço presente representa a certeza de que o ontem e o hoje são partes indissolúveis da construção de nossas vidas. Esse elo entre tempos consubstancia uma realidade histórica, com representações sociais, culturais e políticas que são determinantes para se compreender o espaço e o tempo analisados.

Foi a partir dos estudos sobre memória e história realizados no Curso de Mestrado que pude apreender a sistematização desse movimento imanente entre o tempo histórico e a realidade social, o que determinou a reformulação do meu projeto de pesquisa e do percurso metodológico que fui traçando a partir daí, pois até então eu pretendia realizar um estudo sobre o Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém – CMCF, voltado para análise de suas práticas educativas.

Ao conhecer a história oral, a memória social e a memória coletiva, foi como se eu tivesse enfim encontrado o elo principal de ligação entre o meu propósito de dar visibilidade à luta do CMCF e protagonizar a voz das mulheres como sujeitos sociais coletivos que constroem a sua história. Assim aceitei o desafio de fazer a recomposição histórica, adentrando em caminhos teóricos até então para mim desconhecidos, movida pelo

compromisso da afetividade e pelo compromisso ético, moral de construir um conhecimento voltado para o contexto social da luta de mulheres.

E no percurso de novos estudos e pesquisa bibliográfica, conheci um livro que me ajudou a compreender melhor a influência que a história particular de cada pessoa tem na sua trajetória de estudos, em "Ensaio de ego-história", renomados autores como: Maurice Agulhon; Jacques Le Goff; René Rémond; Pierre Chaunu; Raoul Girardet; Georges Duby e Michelle Perrot falam de suas histórias de vida e da conexão desta história pessoal com os caminhos do conhecimento que abraçaram. Pierre Nora que é o organizador desta obra faz uma interessante colocação na apresentação do livro:

Toda uma tradição científica levou os historiadores, desde há um século, a apagarem-se perante o seu trabalho, a dissimularem a personalidade por detrás do conhecimento, a barricarem-se por detrás de suas fichas, a evadirem-se para uma outra época, a não se exprimirem senão por intermédio de outros, permitindo-se fazer na dedicatória da tese, no prefácio do ensaio, uma confidência furtiva. A experiência da historiografia pôs em evidência, há uma vintena de anos, os falsos aspectos desta impersonalidade e o

caráter precário da sua garantia. Também o historiador dos dias de hoje está pronto, ao contrário dos seus antecessores, a confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com seu trabalho. Ninguém ignora que um interesse confessado e elucidado oferece um abrigo mais seguro do que vagos projetos de objetividade. O obstáculo transforma-se em vantagem. A explicação e a análise do investimento existencial, em vez de afastarem uma investigação serena, tornam-se o instrumento e a alavanca da compreensão.

Partindo dessa compreensão, também faço aqui esta interlocução entre a minha ego-história e o campo de conhecimentos que priorizei em estudar, pois a memória principal que trago de minha vida é marcada pela convivência com mulheres que lutaram pelo direito de viver e conquistar espaços sociais e no caso do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém, objeto de estudo deste trabalho, eu participei efetivamente de sua história durante três anos.

Nesse sentido, meu envolvimento pessoal com o temário sobre mulher e gênero que antes me parecia um obstáculo na idéia de separar a militante que viveu parte dessa história e a pesquisadora de um curso de Mestrado ganhou nova referência na perspectiva de qualificar com melhor propriedade o entrelaçamento da subjetividade com a realidade contextual.

Assim, ressalto como primeira memória significativa da minha ego-história, a figura de minha mãe, pessoa simples, nascida em cidade do interior do Pará, localizada às margens do Rio Tocantins, aonde até bem pouco tempo só se chegava de barco, a mais velha entre nove filhos. Para estudar e trabalhar, minha mãe saiu bem jovem de casa, vindo morar na cidade de Belém, para onde trouxe suas quatro irmãs mais jovens objetivando apoiá-las nos estudos. Em Belém conheceu meu pai, com quem casou e teve seis filhos.

Durante minha infância e adolescência, sempre acompanhei a vida de minha mãe que trabalhava como Professora, cuidava da casa, dos filhos, sendo o mais velho, deficiente mental, o que requeria dela muitos cuidados especiais e o enfrentamento de muitas situações adversas para conseguir realizar o seu tratamento que era feito na rede de saúde pública.

Hoje tenho claro o quanto a pessoa de minha mãe influenciou a minha formação. Sua garra em lutar para que seus filhos estudassem e suas maneiras aguerridas de ir a busca de soluções marcaram o meu crescimento. Todavia o seu senso de justiça e coragem para lutar pelos direitos coletivos, foram sem dúvida o traço mais significativo dos exemplos que me deixou e que até hoje pontuam sua existência.

Acompanhando minha mãe que lecionava em uma Escola Comunitária, entre meus 15 e 17 anos trabalhei

voluntariamente nesta Escola, ajudando com reforço escolar de alfabetização crianças que tinham dificuldade de aprendizagem. Por isso acho que a escolha do curso de Serviço Social foi principalmente resultado da experiência desses anos de trabalho com crianças e famílias pobres. Eu queria fazer mais pelo coletivo.

Durante o desenvolvimento do curso de Serviço Social, que naquela época (1980 a 1984) passava pelo Movimento de Reconceituação, pude sistematizar meu ideário de luta pelas pessoas oprimidas, através da teoria marxista que era uma das vertentes propugnadas pelo Movimento de Reconceituação.

No terceiro ano de Serviço Social, fiz estágio no Projeto Rondon durante um ano, trabalhando num Centro Comunitário do Jurunas, localizado em bairro periférico do mesmo nome, acompanhando os trabalhos de organização popular que o Centro desenvolvia. No Projeto Rondon tive minha primeira experiência com uma equipe multidisciplinar (estagiários de Medicina, Odontologia e Pedagogia). No ano seguinte, fui trabalhar como estagiária da Legião Brasileira de Assistência - LBA, atuando especificamente com profissionais de Serviço Social no trabalho de organização comunitária. Quando estava no último ano do Curso de Serviço Social, em 1984, passei em concurso para trabalhar como Auxiliar Técnico na Fundação do Bem Estar Social do Pará - FBESP, ingressando assim no serviço público.

Na FBESP, fui trabalhar numa área periférica, o bairro da "Matinha", considerada uma das mais pobres e violentas do Município de Belém, carecendo de infra-estrutura de serviços e saneamento básico, esta área era formada em sua maioria por áreas alagadas com muitas estivas.

Neste bairro, tive outra experiência muito significativa, foi o meu primeiro contato profissional com mulheres prostitutas, que eram atendidas através do Programa de Creche Domiciliar, onde deixavam seus filhos para irem trabalhar. A prostituição era uma forma de complementação de renda, já que a maioria trabalhava como empregada doméstica recebendo ganhos insuficientes para prover o sustento dos filhos. Para a maioria das mulheres, a prostituição era considerada um ato extremo de sobrevivência, pois a pobreza e a exclusão social eram a tônica marcante em suas vidas, isso despertou em mim e na colega Assistente Social que atuava junto comigo o desejo de formar grupos de reuniões para refletir e discutir os problemas. Nas reuniões, os relatos de violência, discriminação e revolta eram comuns de se ouvir. O trabalho em grupo servia para refletirmos com elas sobre a construção de um projeto de vida, com vistas ao retorno dos estudos, a valorização pessoal, a auto-estima, profissionalização e formação da consciência crítica.

Com base nesta experiência, produzi minha primeira monografia, relativa ao meu Trabalho de Conclusão de Curso,

intitulado **"Prostituição Feminina na Periferia de Belém: Uma análise Histórica e Dialética das Relações Sociais"**.

Depois de formada, fui transferida para a cidade de Conceição do Araguaia no sul do Pará, trabalhando por três anos na chefia da Unidade da FBESP lá. Em 1988 voltei para Belém indo trabalhar na Unidade estadual de internação de adolescentes femininas infratoras. Como Gerente desta unidade, tive a oportunidade de coordenar um trabalho pioneiro, quando foi implantado o atendimento em regime de internação sem grades. Foi a primeira experiência a desta natureza em nível norte/nordeste, a qual me trouxe um grande aprendizado, pois não foi tarefa fácil sair do regime viciado das grades, do castigo e da contenção para uma liberdade assistida, todavia no espaço de três meses já havíamos organizado a rotina da Casa, com uma metodologia baseada na construção coletiva e na participação para tomada de decisões. O convívio durante quase dois anos com muitas meninas, com histórias de vida marcada pela violência, opressão e luta pela sobrevivência veio ratificar o meu interesse em aprofundar meus estudos sobre as questões da mulher.

Esta experiência subsidiou a elaboração de uma monografia intitulada **"Prostituição feminina de menores: uma abordagem sobre a marginalidade social"** relativa ao meu primeiro curso de especialização que foi na área de desenvolvimento amazônico. Nos anos seguintes, fiz mais dois

cursos de especialização em Educação (Docência no Ensino Superior e Educação Ambiental) me preparando melhor para a carreira docente que eu almejava.

Em 1995 ingressei na Universidade da Amazônia como professora do curso de Serviço Social e também fui trabalhar como Assistente Social na Delegacia de Mulheres, oportunidade que tive de conviver com a violência e a barbárie praticada contra mulheres. Posso dizer que minha passagem pela Delegacia delimitou novos tempos, um tempo de pensar não só o problema imediato da agressão, mas refletir o contexto, a família e o agressor, além das articulações com a rede de serviços, um espaço precípuo de atendimento para construção de cidadania.

Nesse período, passei a representar a Delegacia no Colegiado do Conselho Municipal da Condição Feminina-CMCF, momento importante para pensar de maneira mais elaborada sobre a política de defesa dos direitos da mulher no âmbito do município, entendendo-a como instrumento político de lutas e de redistribuição de direitos.

Minha participação no CMCF durante três anos, me possibilitou ampliar meu foco de atenção para dois aspectos: o **primeiro** para verificação da necessidade de capacitação permanente das mulheres do Conselho como forma de estarem sempre preparadas para o enfrentamento das desigualdades tão latentes, renovando-se e instrumentalizando-se teoricamente e o

segundo para verificação da lacuna existente no âmbito das políticas públicas municipais no trato de questões sobre a mulher.

Nesse sentido, a definição da temática dessa dissertação foi embasada pelo compromisso de dar maior visibilidade ao CMCF como espaço político institucional e também à história social de cada uma das mulheres que contribuíram para essa construção, acreditando que o resultado desse estudo possa trazer contribuições significativas quanto ao reconhecimento do Conselho e das demandas da mulher no sistema de garantia de direitos.

Com base nesse compromisso resolvi fazer um estudo sobre a trajetória de 15 anos de existência do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém – CMCF - implantado em 1986 e que foi o primeiro Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher de uma cidade das regiões norte e nordeste. Nesta direção, recorri à memória coletiva e social das mulheres que participaram dessa história, objetivando fazer uma recomposição com base em testemunhos orais de pessoas que efetivamente vivenciaram essa construção.

A pesquisa foi desenvolvida no período de julho /2000 a junho /2001, compreendendo os anos de 1986 a 2001. No processo de recomposição histórica, primeiramente recorri a análise de fontes documentais (atas, relatórios, lei municipal e regimento interno), para em seguida iniciar o conjunto de

entrevistas. Nesta fase, foram ouvidas 10 mulheres (atual presidente e ex. presidentes; atuais conselheiras e ex. conselheiras; membros da equipe técnica), além de dois gestores municipais, totalizando um total de 12 sujeitos entrevistados.

A escolha desses sujeitos foi feita a partir do próprio processo de recomposição histórica, do encadeamento que fui fazendo junto com a direção do CMCF, pois a partir do momento em que escolhi meu objeto de estudo, este foi discutido neste coletivo, que me indicou pessoas chaves para recompor essa história.

Sob essa ótica, foi considerado o critério de pessoas que participaram da composição de Movimentos Sociais quando da implantação do Conselho para reconstituir a fase de 1986 a 1996 e da atual direção pra reconstituir a fase que vai de 1997 a 2001. Essa escolha também foi embasada na facilidade de conseguir disponibilidade dessas pessoas em conceder entrevistas, uma vez que estas precisavam estar dentro do meu cronograma de viagens à Belém, nos meses de julho e outubro /2000 e janeiro e junho /2001.

Em relação aos dois Prefeitos, houve a intenção de entrevistar o Prefeito da época da implantação, considerando a importância desse momento histórico e as conquistas realizadas, assim como também o atual Prefeito, considerando o momento da

fase de conclusão da pesquisa e também os avanços que se efetivaram durante sua gestão.

A idéia de trabalhar o passado e o presente na voz do gestor municipal objetivou mensurar o nível de importância política para estes em relação ao atendimento das demandas das mulheres na gestão municipal e os avanços obtidos no campo da efetivação das políticas públicas.

Quanto aos outros Prefeitos, foi considerado que nas suas administrações não houveram conquistas significativas para o Conselho, daí a opção por não entrevistá-los.

Concomitante ao processo de entrevistas, foi realizada com apoio de alunas do terceiro ano do curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia uma pesquisa no Jornal "O Liberal" sobre notícias relativas ao CMCF desde o ano de 1986 até o ano de 2001, objetivando com isso verificar sobre a importância dada pela imprensa escrita às ações realizadas pelo CMCF. A escolha do Jornal "O Liberal" como fonte de consulta deu-se pela avaliação de que este era o Jornal de maior venda e circulação no estado do Pará.

Assim, partindo dessas referências, este estudo foi estruturado em quatro partes que relaciono a seguir: Na primeira parte intitulada: **A história oral e a memória coletiva**, com base nos estudos de Paul Thompson e Maurice Halbwachs, busco fazer a

fundamentação teórica sobre a história oral e a memória coletiva como importantes elos de recomposição contextual.

Na segunda parte intitulada: **As mulheres constroem a história**, com base nos estudos de Guacira Louro e Lourdes Bandeira analiso a influência da teoria feminista na trajetória dos Movimentos de Mulheres no Brasil desde a década de setenta, relacionando esse percurso com a história do CMCF. Em seguida, começo a abrir o arquivo de memórias dos sujeitos da pesquisa, analisando a realidade dos anos compreendidos entre 1986 a 1996, a partir da memória social e coletiva por eles reconstituída.

Na terceira parte intitulada: **Por uma política pública social de gênero**, faço uma construção teórica sobre políticas sociais e a política social de gênero, com base nos estudos de Aldaíza Sposati e Alejandra Pastorini. A seguir, analiso a participação dos Movimentos Sociais que compõem o CMCF no processo de construção dessa política social, considerando o conceito de **redes de movimentos sociais** desenvolvido por Ilse Sherer-warren. Dentro desse contexto, analiso as práticas educativas desenvolvidas pelo CMCF para alcançar o desenvolvimento da política social de gênero no sistema de garantia de direitos, recorrendo novamente ao arquivo de memórias dos sujeitos entrevistados para exemplificar essas práticas.

Na quarta parte intitulada: **Considerações Finais**, desenvolvo análises sobre a importância do CMCF na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres de Belém e pela construção da política pública social de gênero. Com base no pensamento de Aldáza Sposati sobre o desenvolvimento de políticas sociais nos governos petistas, analiso o compromisso da atual administração municipal em garantir a efetivação da política social de gênero, considerando os princípios da universalização e da equidade como elementos chaves dessa construção democrática. Neste percurso final, também busco referências na memória social e na análise dos sujeitos sobre o compromisso deste governo municipal em apoiar o CMCF.

Assim, através da memória de: **Eliana Pereira, Fátima Matos, Ida Selene Corrêa, Iolanda Dayse Veloso, Isa Cunha, Leila Barreto, Lourdes Barreto, Madalena Mendonça, Sandra Brandão, Zélia Amador, Fernando Coutinho Jorge e Edmilson Rodrigues** a história do Conselho Municipal da Condição Feminina ganha voz para registrar através deste estudo a luta de um grupo de mulheres amazônicas, paraenses, comprometidas com a construção de um mundo mais fraterno e mais igual entre mulheres e homens, demonstrando que a emergência desta nova realidade social é uma possibilidade crescente quanto mais o pensamento plural e coletivo se consolidar.

1. A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COLETIVA

1.1. A Fonte oral como instrumento da História

A opção pela história oral como método principal de investigação foi balizada pela intenção de realizar um estudo abrangente de opiniões, diversificado e democrático, construído pela voz de diferentes narradores, os quais através de significações, reminiscências e representações apresentaram seus olhares e impressões sobre a história do Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF, pois a natureza do método é criativa e cooperativa.

Essa recomposição histórica possibilitou a valorização da memória como instrumento de pesquisa, bem como também o reconhecimento dos atores sociais que construíram e ainda constroem essa história.

O processo que desencadeia a história oral de possibilitar a compreensão da realidade através da memória de várias pessoas, considerando as múltiplas determinações dessa realidade, tem a finalidade social de ser um instrumento de mudança, na medida em que problematiza um contexto e as relações sociais existentes, estabelecendo um nexos reflexivo sobre o passado, capaz de possibilitar mudanças no presente.

É o enfoque político e social da investigação que qualifica a finalidade social, uma vez que objetiva uma abordagem

mnemonista crítica do contexto, para identificar fatos até então esquecidos na história oficial e relacioná-los na cadeia de relações produtivas, culturais e sociais, fazendo emergir então uma outra história, que penetra na realidade para além da simples aparência, identifica os fenômenos, analisa e transforma.

Através da história oral, desconhecidos sujeitos sociais tornam-se protagonistas de uma história, possibilitando a evidência de uma construção coletiva sobre um contexto vivenciado. A fonte oral possibilita que esse coletivo seja identificado como sujeito histórico, demonstrando o seu pensar, o seu imaginário, a sua capacidade de reunificar o passado e o presente. "A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação". (THOMPSON, 1998:44).

Nesse sentido, a história oral se contrapõe à história oficial geralmente construída de forma não participativa. A cada passo dado no processo de investigação ela descortina novas descobertas, demonstrando a riqueza do movimento imanente da história, as minúcias e os detalhes que o olhar de cada sujeito narrador pôde captar através da sua subjetividade.

A dimensão subjetiva que contém os depoimentos orais expressa uma realidade objetiva de um panorama social, cultural e político já vivido. A história oral é capaz de desvendar essa

interpretação do individual com a vida em sociedade, ampliando as reflexões sobre “o eu”, “o nós” e “o todo”.

Contrapondo-se ao modo de organização da sociedade capitalista que engendra em sua gênese a competição e o individualismo na forma de ser e de conceber o mundo, a história oral estaria potencializando um processo inverso, construindo uma história oficial democrática pela voz de múltiplos sujeitos, fortalecendo o processo de construção coletiva das coisas.

Este raciocínio demarca uma posição política ante os estudos da história, ou seja, a história pertence a todos que a constroem e as fontes orais alargam esse campo de visão na construção histórica.

Nesse processo, existe uma relação intrínseca entre a visão de homem e de mundo do(a) pesquisador (a) e os procedimentos de investigação que utiliza, na medida em que a interação sujeito pesquisador e objeto pesquisado é construída considerando-se os determinantes políticos e sociais que alavancam o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a fonte oral estabelece um canal de interlocução entre o (a) pesquisador (a) e a história pesquisada, direcionando um processo coloquial de construção do conhecimento, pois as fontes pesquisadas estão vivas.

Estamos lidando com fontes vivas, que exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papéis, de trabalhar conosco num processo bidirecional. (THOMPSON, 1998:196).

A memória é fonte viva do pensamento em permanente movimento, que diferentemente de fontes documentais, interage conosco possibilitando que o sujeito narrador seja personificado dentro de um contexto e que seja valorizada sua história de vida uma vez que suas significações, reminiscências e reflexões ganham um patamar social e uma importância histórica.

No desenvolvimento da história oral com dimensão social, existe um élan com o desenvolvimento da memória coletiva, pois no processo de pesquisa, ao se evocar a memória individual dentro de um contexto, essa memória individual transforma-se em memória coletiva na medida em que não está fechada em si mesma, ela relaciona uma realidade, envolvendo pessoas e grupos de pessoas que interagiram naquele determinado período.

Para HALBWACHS, nossas lembranças sempre permanecem coletivas e nos são lembradas por acontecimentos, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós tenhamos visto. É porque na realidade nunca estamos sós, nossas lembranças pessoais são ligadas por fatos, acontecimentos e pessoas em

determinado espaço, por isso a nossa memória individual é ao mesmo tempo coletiva. Ele cita como exemplo:

(...) que quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo esteve só, segundo a linguagem comum. Mas, lá não esteve só senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar dentro de uma sociedade. (1990:36)

Nesse sentido, o estar sozinho é meramente aparente, pois o ser humano é por natureza um ser social que estabelece múltiplas relações no seu devir. A memória coletiva está inserida nas memórias individuais, dada dimensão espacial e social que cada fato vivido tem no contexto de si mesmo.

Existe um encadeamento histórico que vai orientando a interpretação social dos fatos que estão sendo lembrados fazendo fluir a memória coletiva, o que desencadeia um pensamento relacional entre causa e efeito que consolida a interação entre memória e história como liames indissociáveis na recomposição desses fatos. Esse liame é exatamente a base de utilização da memória como fonte de estudos sobre a sociedade.

1.2. A Memória Coletiva como instrumento que recompõe o contexto

A reconstituição histórica pela memória coletiva tem em seu bojo a articulação entre as lembranças de pessoas e as relações sociais contextuais de determinada época. Essas lembranças ao serem recuperadas e narradas vão descortinando imagens, fatos e acontecimentos, possibilitando que a narrativa seja analítica, que relacione tempo, espaço, causa e efeito.

O entrelaçamento entre fonte oral, memória coletiva e recomposição contextual é permeado pelo pensar relacional sobre os acontecimentos, colocando o narrador em permanente diálogo com o mundo, posto que, nas suas memórias estão presentes as pessoas, os atos, os sentimentos, os objetos, os valores, as crenças e outras coisas, interagindo com ele no cômputo de suas lembranças.

A memória coletiva se desenvolve num quadro espacial, no qual as lembranças transitam, evocando uma série de acontecimentos, que por sua vez evocam também os sentimentos vividos, consubstanciando assim evidências materiais e subjetivas na sua processualidade.

Para a pessoa que pesquisa, essa diretriz que preconiza a memória coletiva, facilita a recomposição contextual, na medida em que traz à tona múltiplos elementos interagentes,

possibilitando a verificação de um maior número de variáveis no processo de recomposição histórica.

No caso da história do CMCF, a memória das pessoas entrevistadas conseguiu alcançar muitos elementos que caracterizaram a participação coletiva no processo, as relações sociais e também pessoais influenciando a tomada de decisões.

A dimensão contextual da memória coletiva ao abranger variados aspectos da história que estava sendo contada permitiu-me realizar um exercício permanente de visualização do passado entendendo sua relação com a vida contemporânea, pois a dinamicidade do movimento de lembrar nas pessoas entrevistadas, perpassava os espaços sociais, políticos, econômicos, culturais, jurídicos, religiosos, etc... , estabelecendo um nexu comparativo entre o passado e o presente que foi fundamental para compreender o cenário atual.

Nesse sentido, se observa como a história resgatada pela voz da várias pessoas abarca um potencial muito mais amplo de compreensão da realidade e recomposição do passado, é um quadro espacial que ganha relevância pela memória de muitos sujeitos, tornando-se vivo e atual. É a cotidianidade do vivido ganhando forma através da reconstrução da imagem mnemonista que nos permite também criar as nossas imagens dos fatos que estão sendo narrados, como uma atividade artesanal mental de ir juntando os pedaços e similaridades das narrativas e ir ciando a

história. Esse processo de comunicação que entrelaça a palavra e a vida cotidiana traz possibilidades à pessoa que pesquisa de reconstruir com maior exatidão a história que está sendo contada.

Dessa forma, a memória coletiva transforma-se em importante instrumento de recomposição do passado arquivado e do contexto de vivências que problematiza uma dada realidade, podendo trazer à tona os esquecimentos e os silêncios que a história oficial por algum motivo omitiu.

Para HALBWACHS a história que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Ela obedece assim fazendo, somente a uma necessidade didática de esquematização. (1990: 82)

Nesse sentido, enquanto a história oficial divide a realidade colocando o tempo cronológico como enfoque principal, a memória coletiva entrelaça o tempo cronológico com a experiência vivenciada e os coloca num mesmo patamar.

A memória coletiva tem, portanto um campo multidimensional de apreensão da realidade, pois resgata o individual e o coletivo, projetando esse campo para o contexto e, portanto para uma análise que reunifica história e conjuntura.

2. AS MULHERES CONSTROEM A HISTÓRIA

2.1. A Teoria Feminista na construção do movimento

Para melhor fundamentação desta história, busco referenciar as análises desenvolvidas apoiada na fundamentação teórica de LOURO e BANDEIRA sobre o feminismo contemporâneo, considerando que a teorização do feminismo alicerçou o ideário de transformação dos Movimentos que influenciaram a trajetória do CMCF.

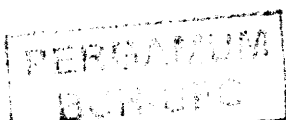
A teoria feminista é o estudo da condição da mulher na sociedade, tendo como eixos centrais de análise a história, o contexto e a cultura social como determinantes das relações de subordinação, desigualdade e opressão existentes. O pensamento feminista ganhou um maior espaço político no cenário social no Brasil, a partir da década de 70, com a organização do Movimento Feminista em Organizações Não Governamentais que se opunham à ditadura militar e também à produção acadêmica sobre a mulher como sujeito histórico, pois se acreditava que a sistematização de estudos que fossem reconhecidos no meio acadêmico iriam contribuir sobremaneira para dar visibilidade política e social à mulher .

Os estudos iniciais centraram-se mais em apontar desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas, denunciando a opressão e o submetimento feminino.

(...) Acima de tudo, eles tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central. Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente e com paixão, e esse foi mas um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles decididamente não eram neutros. (LOURO,1997:19)

Esses estudos, embora assumissem um caráter corporativista tiveram o mérito de trazer para o debate a questão da mulher e a sistematização de dados que até então não eram considerados relevantes, tirando um pouco o **temário mulher** da

P13892636 ✓



invisibilidade científica. Muitos grupos de estudos se formaram na tentativa de sistematizar o conhecimento e conquistar espaços merece destaque a publicação dos jornais **Nós Mulheres** e o **Brasil Mulher** em São Paulo , bem como a organização dos Movimentos **Ação Mulher** em Recife (1978) , **Maria Mulher**, na Paraíba (1979), **Centro da Mulher Brasileira** no Rio de Janeiro (1978) e o **SOS Violência** em São Paulo (1979), pela abrangência que conseguiram ter no âmbito regional e nacional. (BANDEIRA, 2000).

Nos anos 80, os estudos vão se aprofundando, ficando cada vez mais premente a necessidade de desconstruir a cultura de que as desigualdades entre homens e mulheres dá-se em função das características biológicas. É imperativo demonstrar que não são as características sexuais que determinam as desigualdades, mas a construção social que se estabelece na sociedade a partir delas. Podemos considerar este período como um momento fundamental de ruptura, pois os estudos sobre a mulher deslocam seu foco de análises das questões tradicionalmente ligadas à mulher como - mulher-mãe; mulher-dona; mãe - mulher; mulher- filhos etc. , para problematizar a questão mulher no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, possibilitando um olhar macro que (re) direciona seu foco para o contexto social em que interagem mulheres e homens .

A visão sobre o contexto social propugnado nos estudos feministas fortalece o Movimento e amplia o foco de atenções, pois demonstra que os problemas das mulheres têm raízes na cultura e no modelo de desenvolvimento da sociedade, e é exatamente isso que deve mudar para transformar a realidade de subalternidade e opressão do masculino sobre o feminino.

Este olhar mais plural possibilita ampliar a visibilidade da mulher nos espaços institucionais, desconstruindo a cultura de que o universo feminino é prioritariamente o doméstico, demonstrando que para se compreender historicamente os papéis e as relações entre homens e mulheres, o importante é compreender tudo o que se construiu socialmente sobre os sexos. O debate vai se constituir de uma nova linguagem e interpretação, na qual gênero será o conceito fundamental para buscar legitimidade acadêmica.

De acordo com LOURO, (1997) o termo gênero foi originado dos estudos de feministas anglo-saxãs em meados da década de 70, as quais utilizavam o termo **gender** como distintivo de sexo, rejeitando um determinismo biológico como explicação das diferenças e desigualdades entre os sexos.

O termo gênero vem colocar o debate no campo social com a perspectiva de demonstrar que é nesse campo que se constroem as relações desiguais entre os sujeitos. No espaço aberto por esse debate, a noção de gênero vem demonstrar a

existência de um posicionamento teórico que analisa a mulher e o homem na sociedade e as relações de subordinação historicamente construídas.

No Brasil, será em meados dos anos 80 que o Movimento Feminista começa a desenvolver seus estudos sobre gênero com objetivo de entender a formação da identidade dos sujeitos, verificando-se que estas se transformam e podem ser contraditórias e o gênero faz parte dessa identidade construída. Assim as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelo gênero, mas também são constituídas dos gêneros, demonstrando que os sujeitos se identificam social e historicamente como femininos e masculinos a partir de uma identidade socialmente construída.

A compreensão das relações sociais pela análise das relações de gênero possibilita decodificar essas relações, adentrar na sua essência, identificando um sistema de significados, valores e simbologias que estão introjetados na cultura predominante e que tem seu eixo de sustentação nas relações de poder do masculino sobre o feminino.

Portanto, o sistema social engendra em seu interior, o poder do homem sobre a mulher, a hierarquia entre os sexos. O desvelar dessa essência vai descortinar o reconhecimento de uma dimensão de desigualdade social até então não considerada como

fonte de estudos relevantes, impulsionando os estudos que problematizem a questão mulher na sociedade.

Os estudos de gênero direcionam a elaboração de novos conceitos sobre relações de poder. O paradigma da **igualdade na diferença** considera que essas diferenças entre os sexos são apenas biológicas e que a construção social e cultural sobre os papéis atribuídos aos homens e mulheres, que se apoia nas relações de poder e opressão do masculino sobre o feminino é que determina as desigualdades sociais, portanto as diferenças biológicas não são determinantes de desigualdades, mas sim a construção social que se criou sobre isso. No conceito de gênero se analisam as relações que são socialmente construídas sobre os sexos, nas quais estão imbricadas relações de poder que caracterizam a sociedade de classes.

As desigualdades entre gêneros reproduzem mecanismos de dominação, discriminação e preconceito comumente introjetados na sociedade e que por isso ganham expressão e significados em todos os setores e espaços.

A desconstrução desse paradigma de desigualdade faz parte de um processo sócio-educativo que tem suporte na construção de novos valores e referências nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que se estabelecem na sociedade. Este processo deve ser desencadeado na formação da consciência histórica de pessoas em todas as faixas etárias, com apoio de

escolas e movimentos sociais, por serem estas instituições, espaços privilegiados da construção do conhecimento.

Nesse sentido, a desconstrução do sistema de desigualdades será possibilitada paulatinamente, concomitante ao processo de construção de uma nova consciência histórica e social em que homens e mulheres se considerem como seres num mesmo patamar de igualdade, fraternidade e solidariedade, fazendo fluir relações sociais universalizantes de direitos e oportunidades.

No interior desse processo, devem ser abolidas as divisões sociais de gênero, classe, raça e etnia para superação das desigualdades.

Tal enfoque apresenta uma visão socialista de sociedade que num plano mais particular da vida cotidiana também se faz presente como projeto societário, dado que os espaços principais de formação estão situados na microestrutura das vivências como, por exemplo: família, trabalho, religião, escola, etc..., considerando-se que nestes espaços se constroem mais especificamente as representações sociais sobre as diferenças.

Nesse processo em construção de um novo paradigma de compreensão e análise sobre a condição da mulher, o feminismo potencializou o debate, abrindo caminhos para criação de centenas de organizações e de uma rede de comunicações, serviços, estudos e pesquisas.

2.2. A Criação do CMCF : Abrindo o arquivo de memórias

A história do Movimento Feminista é marcada pela luta em defesa do binômio igualdade e liberdade em oposição a situação de subordinação, desigualdade e opressão vigentes nas relações sociais que caracterizam o poder do homem sobre a mulher. A condição da mulher cultural e socialmente submetida ao poder masculino é rejeitada com vistas à construção de relações universalizantes de direitos.

A partir dos anos 80, esse Movimento ganhou mais representatividade no cenário brasileiro, juntando-se aos movimentos sociais que lutavam pelo fim da ditadura militar e pela anistia. No cenário internacional, o movimento feminista lutava pela inclusão do tema "**Mulher**" na agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento, influenciando a luta das mulheres brasileiras. Podemos destacar como importantes conquistas desse período o "Ano Internacional da Mulher" em 1975 e a "Convenção Internacional Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher-CEDAW", aprovada pela ONU em 1979 as quais representaram significativos avanços para reconhecimento e reivindicação dos direitos humanos para as mulheres no mundo.

No Brasil, os movimentos feministas buscaram ganhar maior representatividade social e política na luta pela defesa de

direitos, consolidando essa representação de forma institucional com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que objetivava discutir, avaliar e propor diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à mulher, bem como impulsionar nos Estados e Municípios a implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na trilha dessa trajetória de lutas e conquistas de espaços, a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém-CMCF em 1986, foi o resultado da articulação e mobilização dos movimentos de mulheres, sendo o primeiro Conselho Municipal da Região Norte e um dos primeiros do Brasil.

Ainda na ditadura militar foi fundado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a fundação deste Conselho aglutinou todas as mulheres que eram contra a desigualdade e lutavam para se buscar uma política onde essas mulheres fossem incluídas. A discussão se deu baseada na experiência das mulheres exiladas, principalmente as que foram para a Europa, que quando voltaram do exílio criaram grupos de discussões. Elas passaram discutir o papel da mulher como força de trabalho, como maternidade, como vítima da violência e como ser pensante e transformador'. (Isa Cunha, Ex. Presidente do CMCF)

No ano de 1986, quando O CMCF foi criado, o movimento de mulheres em Belém estava organizado através de várias entidades como: Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade - MMCC, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, Movimento de Promoção da Mulher - MOPROM, União das Mulheres de Belém - UMB, Associação Cristã Feminina - ACF, Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central - GEMPAC. As mulheres através desses movimentos ocupavam importantes espaços de discussão nos bairros, ganhando representatividade institucional em eventos políticos.

(...) O MOPROM participou desde o início quando o Conselho começou a ser estruturado, eu estou desde o início, na época do Prefeito Coutinho Jorge quando as mulheres nos comícios aonde ele ia nos bairros, reivindicavam a criação desse Conselho. O Conselho não foi uma coisa de graça e sim uma luta de muitos anos, de reuniões das mulheres, de articulações com as mulheres de Brasília, de São Paulo.

Nessa época se pensava o Conselho como um grande esforço de uma política para que a mulher pudesse debater e colocar aquilo que ela pudesse se desenvolver historicamente, sair dessa discriminação" (Iolanda Dayse, Conselheira pelo MOPROM).

(...) Naquela época os Movimentos de Mulheres eram muito dinâmicos, as mulheres começava a se organizar nos bairros. Se vivia uma época de abertura política pós ditadura militar, o voto das mulheres eram a maioria, os movimentos de mulheres estavam emergindo em todos os cantos da cidade, então havia uma necessidade de se dar uma resposta para isso. A administração pública ou acompanhava ou dançava. Em qualquer bairro da cidade, em qualquer movimento popular as mulheres estavam lá. As mulheres ansiavam por esse Conselho, porque essa idéia estava muito presente dentro do CEDENPA, MMCC, União de Mulheres de Belém, MOPROM que eram Movimentos de frente (Ida Selene, ex. Conselheira pelo MMCC).

Os relatos mostram que novos espaços e formas de participação se evidenciavam como suporte de conquistas, o Movimento de Mulheres estava passando da intenção à prática e era primordial que essa prática fosse qualificada para marcar a diferença na história de intervenção das mulheres.

Entendia-se que a criação do Conselho Municipal referendaria um espaço de representação institucional ante ao Estado, demarcando um campo de interlocução permanente sobre as demandas da mulher.

O Movimento de Mulheres passou a discutir sobre a criação do Conselho como um espaço institucional democrático, com representatividade popular e ao mesmo tempo com peso político junto ao Estado para reivindicar a garantia de direitos para mulher. O processo de Implantação do CMCF Iniciou com a criação de um fórum de discussões.

(...) Então o que nós fizemos? Fizemos um fórum para discutir como seria o Conselho, as diretrizes, o regimento onde eu representava o MMCC. Pensávamos em como seria esse Conselho, quem comporia? O que ele faria? Que não fosse aquele trabalho assistencialista da prefeitura com as mulheres, que a gente pudesse garantir o espaço para as mulheres (Ida Selene, ex-Conselheira pelo MMCC).

Deste fórum, além de representantes dos movimentos de mulheres, participavam também representantes de Partidos Políticos, Sindicatos e do próprio Governo municipal, na época administrado pelo PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que considerava ter sido eleito com apoio das mulheres, tendo assumido como um de seus principais compromissos de campanha, a Implantação do Conselho.

(..) Os movimentos femininos me ajudaram a me eleger, na campanha assumi o compromisso de implantar o Conselho, o que foi realmente um dos grandes feitos da minha administração (Fernando Coutinho Jorge, ex-Prefeito de Belém).

O processo de implantação do Conselho, referendado pela participação e construção coletiva , estava em consonância com os anseios de democracia que a sociedade brasileira buscava em meio ao processo de transição democrática. Havia um cenário de lutas e mobilização da sociedade civil, e no PMDB existiam setores considerados mais progressistas que tinham um ideário de mudanças por uma sociedade mais igualitária e queriam conquistar seus espaços políticos.

Havia uma aura coletiva naquele período, parecia propícia a mudanças, o cenário político emocional era muito rico da vontade de mudar, era diferente de hoje, e o grande momento veio com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eu era Deputado Federal , morava em Brasília e pude acompanhar isso (Fernando Coutinho Jorge, ex- Prefeito de Belém).

A representação feminina do PMDB no fórum abriu espaço junto ao governo municipal para favorecer a interlocução e

agilizar os trâmites necessários para garantir a implantação do Conselho, atendendo a reivindicação do Movimento de Mulheres, e considerando também a densidade eleitoral das mulheres e os compromissos de campanha.

No PMDB, tinham algumas mulheres que estavam interessadas nessa discussão, porque era uma oportunidade de espaço político e também naquele período, todos os partidos, a esquerda, a direita estavam interessados em ir pra base, porque entendiam que ganhavam eleição dessa forma (Zélia, ex-conselheira pelo CEDENPA).

A mobilização da sociedade em torno da elaboração da nova Constituição Federal, também abriu canais de interlocução entre os setores governamentais e não governamentais, tendo em vista todo um contexto de pós-ditadura militar, anistia política e eleições diretas, resultado da pressão popular via movimentos sociais que assim estavam mais fortalecidos.

A década de 80 foi a que mais os Movimentos populares se movimentaram por que foi a década da Constituinte. Esse movimento todo aconteceu a nível nacional e as mulheres se mexeram muito. Esse movimento de mulheres teve visibilidade através de mulheres que começaram em São Paulo e Rio de Janeiro a lutar por creche, era uma luta por creche. Isso foi se

espalhando e ganhando força para pensarmos nos nossos direitos. Aqui em Belém, a mulher do Prefeito Coutinho Jorge tinha uma cabeça que absorvia essa idéia, então essa discussão passou muito por ela que influenciava a cabeça dele e a administração municipal se empenhou em ouvir as mulheres.

“Nesse movimento todo, tinham aqui em Belém várias entidades organizadas, tinha gente de direita e de esquerda, mas todo mundo se voltava em defesa da mulher, eram muitos os movimentos que independente de partido ou de religião se juntaram em torno dessa discussão, por que na luta éramos movimentos que lutavam pelo Conselho Municipal da Mulher e pela Delegacia da Mulher. Na época eu era servidora pública do Estado, mas estava cedida para a Prefeitura de Belém e era muito engajada na minha categoria profissional de Assistentes Sociais e como na assembléia que definiu as organizações que iriam compor o Conselho também se tirou que seria bom politicamente que uma governamental ficasse com a Presidência, o meu nome passou sem restrições (Madalena Mendonça , primeira Presidente do CMCF).

Entre outubro de 1986 e o ano de 1987, o Conselho esteve em fase de implantação, estruturando sua organização,

funcionamento e intervenção através da elaboração de documentação específica. Nesse contexto, o conteúdo da Lei Municipal e depois do Regimento Interno foi elaborado considerando uma visão coletiva de defesa intransigente dos direitos da mulher, bem como a garantia da autonomia política do Conselho no âmbito municipal, pois era muito premente a preocupação com o futuro, quando outros gestores assumissem.

A idéia desse Conselho não era de execução do trabalho e sim de discussão de uma formulação política relacionada a questão da mulher que deveria estar presente na área da saúde, da educação, da assistência social, em todas as áreas , por isso tínhamos uma grande preocupação na forma como ele ia se estruturar. Nós queríamos uma Lei que inviabilizasse qualquer Prefeito de desmontar o Conselho, para isso buscamos uma assessoria de fora e pedimos que elaborasse uma Lei que garantisse que o Conselho fosse um órgão permanente, que fizesse parte do Organograma da Prefeitura, queríamos que tivessem cargos remunerados, por exemplo: a Presidente do Conselho é remunerada até hoje como assessora (Madalena, primeira Presidente do CMCF).

Outro ponto de debate no interior da discussão sobre a organização da estrutura do CMCF era a preocupação em estabelecer diretrizes formais de funcionamento que suplantassem as regras comumente existentes nos Regimentos Internos de Organizações.

O Regimento do Conselho é extremamente avançado, ele fala da questão da luta contra a violência, da questão cultural, da discriminação e do compromisso de luta pela defesa de direitos das mulheres, além disso o conselho não é paritário, a maioria das entidades tem que ser Movimento , as Secretarias tem um número menor de representantes , então a diferença é que este Conselho não é um instrumento do Prefeito, nós conseguimos implantar aqui uma autonomia em relação às políticas que precisam ser elaboradas , isto é sem manipulação da Prefeitura (Isa, ex. Presidente e atual Secretária Executiva do CMCF).

A adoção de um modelo inovador na forma de funcionamento e gestão de uma organização com vínculos governamentais foi balizada pelo pensamento feminista de igualdade de oportunidades e direitos com vista a conquista de espaços e efetivação da questão da mulher como temário de relevância no desenvolvimento das ações governamentais.

Ainda não se problematizava o conceito de gênero no seio do Movimento de Mulheres, todavia as discussões sobre relações de poder revelavam as contradições existentes, demonstrando que as desigualdades tão latentes nas instâncias como: sexualidade, trabalho, profissão, escolaridade, família, etc...precisavam ser combatidas. Embora ainda não se tivesse o domínio do arcabouço teórico sobre gênero, a elaboração feminista potencializava a apropriação de uma consciência crítica que impulsionava a luta pela conquista de novas determinações para igualdade entre homens e mulheres.

A partir do Conselho se pretendia espriar dentro da administração municipal e nos movimentos sociais a discussão sobre as demandas relativas à mulher, demonstrando uma nova forma de organização para o encaminhamento de ações. Nessa perspectiva, a elaboração do Regimento Interno foi um instrumento fundamental para demarcar a representatividade do Conselho e garantir no seu percurso histórico um patamar de legitimidade junto às administrações municipais.

Os anos de 1988 e 1989 foram muito significativos para referendar o Conselho no espaço institucional, destacando-se sua participação na elaboração de propostas para a Constituição Federal de 1988, através da **Carta das Mulheres**, documento elaborado por entidades femininas e entregue aos constituintes

estaduais e federais, bem como a luta pela implantação e funcionamento da primeira Delegacia da Mulher.

A implantação de Delegacias especializadas para atender mulheres vítimas de violência, foi desencadeada em todo país como política prioritária defendida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em Belém, essa Delegacia foi implantada em 1989, subordinada à secretaria de Segurança Pública do Estado. O CMCF estava à frente do processo de discussões que levou à criação desta Delegacia, todavia a estruturação e o funcionamento não garantiam condições adequadas para um atendimento especializado, questões chaves como privacidade de atendimento das usuárias e profissionais capacitados não foram levadas em consideração, pois o Governo do Estado criou a Delegacia com intenção de esmorecer o movimento reivindicatório de mulheres, do que propriamente por um compromisso político com a causa.

Esse quadro de adversidades ao funcionamento da Delegacia foi alvo de muitas críticas e manifestações do CMCF com apoio do Movimento de Mulheres e outras entidades afins.

Lembro-me de um fato marcante, a primeira Delegada tinha uma cabeça de homem, fazia com as mulheres atendidas a mesma coisa que os homens faziam, tratava com descaso e grosseria, então nós fizemos

uma manifestação na porta da Delegacia pedindo a sua saída, estava chovendo e nós enfrentamos a polícia, e conseguimos que a Delegada saísse depois (Iolanda Dayse, Conselheira pelo MOPROM).

A violência contra mulheres está enraizada na cultura da sociedade como circunscrita ao campo das relações domésticas familiares, e até certo ponto aceita como situação comum da vivência cotidiana, expressões como "*em briga de marido e mulher ninguém deve meter a colher*" são massificadas e apreendidas no imaginário social como corretas "justificando" que a violência doméstica deve ser equacionada dentro de casa. As alterações nessa forma de ver e enfrentar o problema a partir da organização e mobilização das mulheres – segmento considerado subalterno nesse mesmo imaginário social – que culmina com a criação de Delegacias Especializadas vem provocar uma situação de conflito de valores na cabeça das pessoas, uma vez que tenta romper um pensamento até então hegemônico sobre violência doméstica, significando subversão e insubordinação a uma situação que tantos anos foi considerada normal .

Nesse sentido, o Estado atendeu aos anseios de criação da Delegacia da Mulher, apenas como tentativa de atender uma demanda de luta nacional das mulheres, sem, contudo conferir uma mudança na forma de concepção do problema, conduzindo

assim a uma prática reprodutora de mecanismos coercitivos e preconceituosos em relação à mulher.

No decorrer dos anos, alguns avanços foram sendo conseguidos paulatinamente no processo de humanização da Delegacia, mas a mudança de estrutura de funcionamento na perspectiva de gênero e garantia de direitos só veio a ser operacionalizada no ano de 1995, com a mudança de prédio e espaço físico e nova composição da equipe multidisciplinar.

A luta pela consolidação da Delegacia como espaço de referência para mulheres vítimas de violência que foi alavancada pelo CMCF, estava consubstanciada a uma luta maior pela defesa de direitos em todos os setores, significando a existência de constantes conflitos com o Estado, posto que os projetos de sociedade estavam diametralmente opostos: A prática conservadora do Estado, com ações paliativas de intervenção e a atuação dos Movimentos Sociais organizando-se e reivindicando ações efetivas para garantir direitos humanos e ampliar cidadania.

Esse campo conflituoso, num momento histórico pós ditadura militar, em que a sociedade civil estava se organizando em campo ainda minado pelo autoritarismo e repressão, limitava sua intervenção para o campo mais da reivindicação e reconhecimento político.

Através da reflexão cotidiana sobre o cenário social e político se potencializava o redimensionamento para intervir no

contexto. A estratégia era fortalecer internamente o CMCF, criando-se um espaço de encontro, reflexão e solidariedade para enfrentamento de problemas comuns.

Os embates travados pela defesa de direitos das mulheres precisavam ser descaracterizados como questão de polícia, precisavam conquistar reconhecimento como questão social, portanto era necessário que as mulheres que compunham o CMCF estivessem duplamente qualificadas: como militantes da causa feminista e como representantes de um espaço institucional de defesa dos direitos das mulheres, para demonstrar diferença qualitativa na forma de discussão e intervenção frente aos organismos oficiais do Estado.

Nesta perspectiva, o estudo tornou-se instrumento de mobilização das Conselheiras, não só para formação interna, mas também para desenvolver atividades de formação como: Encontros, palestras, seminários destinados às mulheres nos bairros.

CRONOLOGIA DA DIREÇÃO DO CMCF E DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS RESPECTIVOS

PERÍODO	PRESIDENTE DO CMCF	PREFEITO MUNICIPAL E PARTIDO POLÍTICO	COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO
1986/1989.	Madalena Mendonça.	Fernando Coutinho Jorge. (PMDB)	<ul style="list-style-type: none">• CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ - CEDENPA.• MOVIMENTO DE PROMOÇÃO DA MULHER - MOPROM.

1990/19 93	Dulce Aciolly	Sahid Xerfan. (PTB)	<ul style="list-style-type: none"> • MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE - MMCC. • ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. APPD.
1993/19 96	Isabel Cunha.	Augusto Rezende. (PMDB)	<ul style="list-style-type: none"> • ASSOCIAÇÃO CRISTÃ FEMININA - ACF. • SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES - SINTEL. • UNIAO DE MULHERES DE BELÉM - UMB.
1997/20 00.	Fátima Matos.	Hélio Gueiros. (PFL)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNDAÇÃO CULTURAL DE BELÉM. • FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XIII. • SECRETARIA DE ECONOMIA.
2000/20 01.	Fátima Matos.	Edmilson Rodrigues.* (PT)	<ul style="list-style-type: none"> • SECRETARIA DE SAÚDE. • SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. • SECRETARIA DE JUSTIÇA.

Fonte: Documentos do CMCF.

- * Prefeito reeleito.
- PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
- PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.
- PFL : Partido da Frente Liberal.
- PT: Partido dos Trabalhadores.

2.3. Conquistando Mais Espaços

Na década de 90 o cenário de lutas vai ganhar novo contorno no sentido do direcionamento político, considerando-se as transformações ocorridas em todo o mundo, as quais influenciaram sobremaneira na organização e na formulação de novos paradigmas sobre a sociedade. As lutas pela democracia e defesa de direitos humanos continuaram, mas com novas determinações e novas configurações.

Nos Estados e Municípios, um dos principais desafios era implantar as diretrizes políticas e sociais preceituadas na nova Constituição Federal o que colocaria em prática um projeto de participação popular no processo de gestão e controle social.

Essa diretriz política e social postulada com amparo jurídico, fez desencadear caminhos para criação de importantes legislações sociais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Código de Defesa do Consumidor (1992); Lei Orgânica da Assistência Social (1993), as quais preconizavam a criação de Conselhos de Defesa de Direitos, como espaço legitimamente reconhecido no sistema de garantia de direitos.

A luta em torno da construção de cidadania e pela reformulação ética na política, apontava o surgimento de um novo período de revisão estrutural na organização da sociedade brasileira par implantação dos novos preceitos jurídicos, políticos e sociais.

Os Conselhos de Direitos como instância de participação popular para controle social e proposição de políticas públicas ficaram fortalecidos politicamente, tornando-se importantes instrumentos de defesa e garantia de direitos, porém, frente às administrações municipais tornaram-se umas "pedras no sapato", dadas seu caráter de fiscalização e controle, agora institucionalmente reconhecidos na estrutura administrativa municipal e na organização da sociedade.

Em Belém, os governos municipais dessa primeira metade dos anos 90, foram governos que não investiram na participação popular, suas práticas eram clientelistas para apoio de Centros Comunitários, e cooptação de lideranças comunitárias - seus interlocutores junto à população - como tentativa de esmorecer a luta dos movimentos sociais nos bairros.

Em relação ao CMCF, a estratégia foi cortar orçamento e dificultar a estrutura de funcionamento, o que impediria o desenvolvimento de ações com impacto junto à população.

Compreendendo a formação e a organização como suporte do enfrentamento e da superação das adversidades e considerando que os estudos sobre gênero ganhavam expressão, era premente a necessidade de compreender melhor esse novo conceito . Nesse sentido, o CMCF iniciou um processo de formação interna sistematizado, voltando-se mais para desenvolver capacitação das Conselheiras e da equipe técnica.

A década de 80 trouxe o conceito de gênero para o Brasil, mas para o nosso Conselho, essa discussão só veio a acontecer em torno de 93/94, que foi quando a gente começou a se familiarizar com o termo (Sandra Brandão, ex-Secretária Executiva).

Na minha gestão, começamos a discussão de que para trabalhar com a população, precisávamos de formação

teórica, precisávamos ler e debater textos, então começamos a estudar, sistematizamos os estudos sobre gênero, pois antes a discussão era compartimentada, alguém de nós discutia gênero sozinha, lia textos... A partir do momento que se abre o debate, então o Conselho passa a estudar e debater teoricamente gênero (Isabel Cunha, ex. Presidente e atual Secretária Executiva do CMCF).

O enfoque nas discussões gênero é perpassado pela teorização de um novo paradigma que vem sendo construído, o qual se opõe à análise das relações sociais entre homens e mulheres apenas pela ótica sexista de uma oposição binária entre o masculino e o feminino. A análise dessas relações sob a perspectiva de gênero é elaborada pela via da análise das relações de poder e desigualdade.

A teorização sobre a mulher como sujeito histórico e social tem como principal centro de reflexões e proposições o movimento e a filosofia feminista que à luz desse novo paradigma, compreende as relações entre mulheres e homens como socialmente construídas e imbricadas nas relações de cultura e poder que permeiam a sociedade. Sob esta ótica, as relações de gênero estão assentadas na estrutura da sociedade, variando conforme o modelo social, econômico e político.

Os estudos de gênero acompanham uma tendência nacional e internacional. Até um determinado momento se falava só na luta da mulher, depois isso avança, mostrando que a questão não é de sexo, mas de gênero, são gêneros culturalmente construídos e a relação se dá na interação de um gênero com o outro (Zélia Amador, ex-conselheira pelo CEDENPA).

A luta do movimento feminista pela *igualdade na diversidade* pressupõe a igualdade de direitos e oportunidades nas relações sociais, respeitando-se a diversidade existente entre os sexos, combatendo a construção cultural de supremacia e opressão existente do masculino sobre o feminino.

No CMCF, a sistematização dos estudos de gênero, possibilitou ampliar o foco de análise sobre o cotidiano de lutas. O conceito de gênero passou a ser o elemento fundante de análise nos estudos sobre políticas públicas.

(..) A equipe do CMCF elaborou trabalho sobre violência, pegamos dados na Delegacia da Mulher, esse trabalho serviu de subsídios à nossa intervenção. A equipe passou a ser convidada para discutir com a sociedade sobre violência, além disso, tivemos cursos com a Prof^a. Míriam Santim, lemos vários textos e elegemos temas mais cruciantes para as mulheres

(Isabel Cunha, Ex-presidente e atual Secretária Executiva).

A sistematização de estudos sobre gênero fortaleceu o CMCF no seu projeto político de intervenção com vistas à garantia de direitos, haja vista, um cenário em que emergiam muitas Organizações Não Governamentais- ONGs voltadas para combater a corrupção e defender a construção de cidadania, apoiadas nas legislações sociais e na própria Constituição Federal , que referendavam os Conselhos de Direitos como espaço Institucional mais legítimo de proposições e fiscalização de políticas públicas.

No âmbito desse processo em que os Conselhos de Direitos eram referenciados, a discussão no CMCF perpassava pela necessidade de fundamentação teórica sobre gênero e também sobre a elaboração de políticas públicas que desenvolvessem no seu conteúdo a discussão da mulher, suas demandas e suas especificidades.

A política pública voltada ao segmento feminino ainda não estava problematizada como uma política pública específica, se pensava um conjunto de ações para atender demandas das mulheres nas diversas áreas, sem compreendê-la no arcabouço de uma política social.

O desenvolvimento de uma política pública vai muito mais além do que a execução de serviços pontuais. Na perspectiva

de ser uma referência social, uma política social pública deve configurar na sua elaboração alguns princípios norteadores:

- a) Elaboração com base na participação popular legitimamente representada por Conselhos de Direitos e/ou fóruns populares.
- b) Responder aos anseios e demandas oriundos da consulta popular.
- c) Ter em seu conteúdo a formulação do tripé: **universalização de direitos; uniformidade e equivalência dos serviços; e equidade.**
- d) Desenvolver uma rede de articulações intersetoriais para execução dos programas e serviços.

Nessa linha de raciocínio, fica claro que uma política social pública deve possibilitar a mudança qualitativa na vida das pessoas, para que através dela, as situações de adversidades existentes sejam superadas com vistas a efetivar o exercício da cidadania.

Essa discussão foi sendo aprofundada no CMCF com estudos sistematizados e com a interlocução com outras organizações, ganhando mais realce e especificidade com o advento da IV Conferência Mundial realizada em Beijing - China - em 1995, onde o CMCF participou com uma representante.

As diretrizes de Beijing apontaram para o desenvolvimento de ações mais eficazes de combate à violência e nas áreas de educação e saúde e direitos reprodutivos.

Beijing deixou duas bandeiras de luta, dois motes: *Éramos diferentes, mas não desiguais e Éramos contrárias a qualquer tipo de ideologia que reforçasse as desigualdades.*

Após Beijing surgiu uma série de linhas de atuação que deu um novo norte ao Conselho. A partir daí a questão de gênero passou a ser nossa linha de frente (Sandra Brandão, ex-Secretária Executiva, participou da Conferência de Beijing representando o CMCF).

A Conferência Mundial de Beijing influenciou sobremaneira a definição de novas diretrizes de atuação para o desenvolvimento das cidades, pautando como principal objetivo a construção de uma política social de gênero. Nesse sentido, o CMCF continuou seu projeto de capacitação interna, criando Grupos de Trabalho nas áreas de **saúde e direitos reprodutivos, violência doméstica e sexual e raça e etnia.**

Através desses Grupos de Trabalho, o CMCF desenvolveu estudos sistematizados, espraiando essas discussões

bairros com apoio de movimentos sociais, através de palestras, seminários e debates.

A relação com os Movimentos Sociais foi e continua sendo, a força social do processo de articulações e proposições que potencializam a intervenção do CMCF na sua trajetória de luta pela garantia de direitos das mulheres. Nesse momento histórico a meta era fortalecer essa força para construir a Política Pública de gênero.

Cronologia dos principais eventos que o CMCF participou no período 1986-1996.

EVENTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	REFERÊNCIA
Ato Solene de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no mês de outubro.	Belém.	Criação oficial do Conselho.
1ª Jornada do Comitê das Nações Contra a Discriminação da Mulher.	São Paulo	Discriminação e violência.
Encontro Nacional sobre Mulher e Leis Trabalhistas.	Brasília	Mulher e Trabalho.
Seminário Discriminação: Suporte de violência.	Belém.	Violência e discriminação.

1989	Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Pará com entrega da Carta de Belém aos parlamentares paraenses.	Belém	Dia Internacional da Mulher e propostas constituintes.
1990	Reunião Nacional de Conselhos para entrega da Carta das Mulheres aos parlamentares constituintes	Brasília	Propostas das mulheres brasileiras à Constituinte.
	I Intercâmbio Técnico-Informativo-INTERTEC MULHER.	Belém	Direitos da Mulher
1991	Lançamento da Revista Presença de Mulher , com presença da Presidente do CNDM, Jaqueline Pitanguy.	Belém	Programação da Semana da Mulher Homenagem ao dia da Mulher.
	Sessão solene na Assembléia Legislativa.		Organização e formação. Condição feminina.
1992		Belém	Mulher e sexualidade.
1993	1º Aniversário da Associação da Mulher Paraense e Seminário Profissionalização	Belém	Dia Internacional da Mulher.
1994	e Trabalho.	Belém	Dia internacional da Mulher.

Debate " Mulher: Da escravidão à libertação".	Belém	Dia Internacional da Mulher.
Debate "Toda Mulher".	São Paulo.	Dia Internacional da Mulher.
Seminário " Avaliação da questão mulher nos anos 80 e as perspectivas para década de 90."	Belém.	Ações educativas para bairros periféricos.
Ato " Pela integração da América Latina, em solidariedade ao povo nicaraguense."	Belém.	Estudos e pesquisas sobre trabalho.
Sessão solene na Câmara Municipal de Belém.	Belém.	Semana da Mulher
Ato Show " Março mulher".	Belém.	Semana da Mulher.
Lançamento do Projeto "Pleno Popular".		Homenagem ao Dia da Mulher.
Pesquisa " Mão de obra feminina no comércio de Belém".	Belém.	Homenagem ao dia da Mulher.
Debate sobre situação de violência contra mulher.	Belém.	Homenagem aos dia da Mulher.
	Belém.	Semana da Mulher.

	Ciclo de debates " Violência, saúde e valorização no trabalho".	Belém.	Preparação para Conferencia Mundial.
	Sessão Solene na Câmara Municipal de Belém.	Belém.	Direitos da Mulher.
	Sessão Solene na Câmara Municipal de Belém e na Assembléia Legislativa .	Belém.	Entrega de Documento reivindicando a criação de mais Delegacias Especializadas e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.
1995	Sessão Solene na Câmara Municipal de Belém e na Assembléia Legislativa .	Beijing	-
	Ato Show na Praça da República.	China.	Dia da Mulher.
	Seminário "Prostituição e tráfico de mulheres", com participação de representante da ONU.	Belém.	Semana da Mulher. Dia Latino americano e caribenho de Combate à violência. Doméstica.
	IV Conferência Mundial sobre a Mulher.		

princípio de igualdade no reconhecimento das demandas da população e conseqüentemente na distribuição de recursos. Da mesma forma que se reconhece a fragilidade de segmentos comumente priorizados como é o caso de crianças e adolescentes, também esse olhar deveria ser estendido às mulheres que em primeira instância são as pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes.

È nesse contexto de contradições que o CMCF vai construindo sua trajetória, reafirmando cada vez mais seu entendimento de que a Educação como ato político de formação e transformação é o caminho para se construir novos determinantes históricos em relação à mulher.

Espaços foram sendo conquistados paulatinamente como é o caso do Projeto "Espelho: um reflexo da diversidade", que está sendo realizado em parceria CMCF e Secretaria Municipal de Educação.

O Projeto "Espelho: um reflexo da diversidade", discute com técnicos e professores das escolas e pais de alunos temas sobre gênero, sexo, raça, etnia e violência. Se há violência, discriminação, o professor tem que estar qualificado para identificar isto. A escola tem que dar um passo em direção a compreender isso. Também pretende-se ampliar essa discussão para o currículo, com disciplinas obrigatórias. No município já iniciamos

escoado em uma feira semanalmente organizada na Praça Brasil. Essa feira que acontece desde outubro de 2000, foi denominada de **Espaço Lilás**, sendo as barracas padronizadas com a cor lilás.

O CMCF atua como interlocutor das parcerias estabelecidas para fomentar a Central, como é o caso das linhas de crédito conseguidas junto ao Banco do Povo da Prefeitura Municipal, do próprio Espaço Lilás na Praça Brasil e do Plano de Qualificação Profissional conseguido junto à Secretaria de Trabalho do Estado.

Atualmente o espaço Lilás recebe apoio da Secretaria Municipal de Economia, todavia considera-se que a Central precisa de mais infra-estrutura e de um melhor espaço de escoamento, dado que esta Praça, não é considerada como espaço privilegiado de comercialização.

Nós queremos uma política de autonomia econômica para as mulheres de Belém, contudo essa infra-estrutura deixa muito a desejar, pois não há garantia de espaço e as mulheres estão tendo muita dificuldade para escoar a produção nessa área imposta pela Prefeitura (Leila Barreto, coordenadora do Programa Trabalho Feminino e Prostituição) .

Entre as mudanças esperadas com um governo municipal de esquerda, está o desejo de se ver garantido o

dos Movimentos Sociais afins. As fases seqüentes que deveriam ser colocadas em prática a partir do início de 1999 não foram mais executadas.

Em outros setores, conforme relatos obtidos, no ano de 1999 o CMCF conseguiu importantes avanços através de seus Projetos, como é o caso da Central de Comercialização do Projeto Trabalho Feminino e Prostituição.

O grande ganho da Central foi em 1999, com a questão da qualificação profissional que se deu através do plano de qualificação profissional que repassa recursos através da Secretarial Estadual de Trabalho que contrata serviços de terceiros para dar treinamento aos demandantes. Chegamos a atingir mais de duzentas mulheres de todos os bairros (Leila Barreto, equipe técnica do CMCF, coordena o Projeto Trabalho Feminino e Prostituição).

A Central de Comercialização é uma ação dentro do Projeto Trabalho Feminino e Prostituição que objetiva ser um espaço de formação e qualificação profissional e também de escoamento dos produtos. As mulheres que nele estão inseridas produzem trabalhos artesanais nas áreas de alimentação, confecção e acessórios e trabalhos manuais diversos. O material é produzido com recursos próprios, nas casas dessas mulheres e

espaço", objetivava discutir e refletir com as mulheres , o seu contexto de vivências, considerando a sua casa , a rua, o bairro e a cidade na perspectiva de potencializar o ser criativo e transformador e possibilitar a formação e a informação sobre temas diversos com o olhar de gênero perpassando as análises.

Este Projeto seria coordenado pela FUNPAPA e pelo CMCF e desenvolvido em nove bairros da periferia de Belém, onde a FUNPAPA já desenvolvia suas ações e tinha infra-estrutura. O mesmo deveria ser executado pela FUNPAPA através de oficinas, seminários, encontros, palestras e cursos com apoio de várias Instituições que seriam nossas parceiras através de convênios de cooperação.

Para o CMCF, a idéia principal era conquistar um espaço de discussões na estrutura da Prefeitura, uma vez que se estaria efetivamente trabalhando a formação de uma consciência de gênero com um significativo número de mulheres e ao mesmo tempo, dentro do governo municipal, se estaria construindo a base da política social de gênero. Tal Projeto seria transversal às demais políticas públicas, uma vez que envolveria todos os setores municipais na discussão das demandas da mulher.

Todavia este Projeto só foi executado na sua primeira e segunda etapa, ou seja, na fase de treinamento dos trabalhadores sociais da FUNPAPA e na elaboração do conteúdo programático das oficinas, seminários, etc. Esta última, realizada com a participação

O primeiro ano de 97, foi mais de estudos, mais de definições, nós tínhamos o plano, as prioridades, mas não tínhamos o eco para o desenvolvimento dele, nem o caminho bem traçado (Leila Barreto, equipe técnica do CMCF).

Durante o ano de 1998 a interlocução entre o CMCF e a Prefeitura se intensificou no sentido de efetivar ações em parceria. Eu, como Conselheira que participava do CMCF representando a Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Órgão responsável pelo desenvolvimento da política de Assistência Social no Município e ocupando um cargo de Direção neste Órgão, pude muitas vezes ser interlocutora de propostas e de discussões importantes, como a passagem do Albergue de Mulheres da vinculação administrativa da Secretaria de Justiça para FUNPAPA, considerando que no entendimento do Conselho a setorial municipal de Assistência Social estava mais qualificada em termos técnicos, políticos e sociais para gerenciar o Albergue.

Foi também neste período em que eu fazia que elaborei um Projeto de intervenção com objetivo principal de formação da consciência de gênero, o qual foi gestado a partir da necessidade que nós do Conselho sentíamos, de poder estar mais concretamente nos bairros, com apoio da Prefeitura . O Projeto intitulado "**Mulher, gênero e cotidiano: construindo um novo**

Para o CMCF o desenvolvimento de políticas públicas com o olhar de gênero precisa avançar para além de ações pontuais e que seja fundamentada no tripé **educação, participação e transformação**, pois assim passará da simples retórica para consubstanciar toda ação política de programas e projetos a serem desenvolvidos. Através da construção desses novos determinantes de intervenção na realidade se vai construindo uma nova cultura de gestão municipal em que a sociedade civil e o poder público estão em permanente diálogo para propor e decidir, assim como também se cria a interface entre as políticas setoriais com vistas a uma ação integral e integrada.

Com base neste Plano de governo, o CMCF priorizou três áreas de atuação: 1) Saúde e educação; 2) Prevenção e combate à violência; 3) Trabalho feminino e prostituição. Para cada uma dessas áreas temáticas foi elaborado um projeto de intervenção para serem desenvolvidos de forma conjunta com as Secretarias Municipais.

Durante o primeiro ano de governo, o CMCF foi mais direcionado às articulações interinstitucionais objetivando a sensibilização e a discussão sobre a importância de problematizar e atender as demandas da mulher. Também os estudos sobre gênero e políticas públicas ganharam mais força, sendo semanalmente sistematizados.

Quando o Governo do Povo assumiu em 97, os movimentos de mulheres através do Conselho, já haviam apresentado um plano de ação para as mulheres que era o plano plurianual " Cidade das Mangueiras, Cidade das Mulheres" . Esse plano, as propostas dele vem baseadas na plataforma de Beijing, que é políticas públicas para mulheres aqui no nosso município, um plano de governo municipal sob o olhar das mulheres (Leila Barreto, integrante da Equipe Técnica do Conselho.).

Nesse programa de governo estava posto o desafio de efetivar políticas públicas direcionadas à mulher com a compreensão de gênero perpassando as ações, o que significaria a desconstrução de uma cultura de descaso e omissão do poder público para com a questão e a construção de uma nova cultura de respeito , valorização e garantia de direitos.

Uma questão central nesse plano era que o Conselho tomasse uma nova configuração, tivesse uma estrutura mais definida, tivesse uma equipe técnica para dar suporte à implementação dessas propostas. Os Movimentos indicaram esses técnicos e uma equipe foi composta. A Prefeitura paga essa equipe (Leila Barreto, Equipe Técnica do Conselho).

Bolsa-Escola que hoje administram esse espaço público, cobrando R\$ 1,00 por hora e com esse dinheiro mantêm suas famílias sem necessitarem mais da Bolsa-Escola. Outro exemplo é o Mercado de São Brás, onde o Bar e o Restaurante são mantidos também por cooperativa de ex. beneficiários da Bolsa-Escola predominantemente mulheres (Edmilson Rodrigues, atual Prefeito de Belém).

Nesse contexto de confronto entre projetos societários tão diferentes, é que se verifica o quanto às práticas educativas podem ser um instrumento de transformação quando direcionadas para potencializar os sujeitos sociais na afirmação de suas autonomias. No caso dos sujeitos sociais mulheres, o desafio parece ser mais amplo, considerando que a mulher em nossa sociedade ainda é vista pela maioria das pessoas numa condição de subalternidade.

A partir de 1997, com a eleição do primeiro governo municipal do Partido dos Trabalhadores – PT, o trabalho do CMCF ganhou mais impulso, uma vez que várias organizações feministas com apoio do CMCF haviam elaborado um Programa de Governo para mulheres intitulado “ **Belém – Cidade das Mangueiras, Cidade das Mulheres**” que agora seria colocado em prática.

desenvolve mecanismos de desagregação da organização social dos segmentos populares, incentivando a competição e o individualismo, principalmente no que se refere a emprego e renda . Um exemplo bem concreto dessa prática é o projeto do governo de mudança da CLT-Consolidação das Leis Trabalhistas, que retira importantes direitos do(a) trabalhador(a) e acrescenta dispositivos de livre negociação entre patrões e empregados.

É importante notar que no caso da Bolsa-Escola, o governo federal se apropria da idéia original do Projeto de Renda Mínima do PT - Partido dos Trabalhadores, um partido genuinamente de esquerda que lhe faz frontal oposição e o configura numa nova roupagem de clientelismo.

É importante ressaltar também que enquanto a Bolsa-Escola federal paga um valor máximo de R\$ 45,00 por família, as administrações do PT repassam o valor mensal de um salário mínimo por família, atualmente R\$ 200,00. Enquanto o governo federal usa essas famílias para se promover na mídia, o governo do PT de Belém, por exemplo, está preocupado com o acompanhamento social a essas famílias para que estas superem a situação de adversidade e construam sua cidadania.

(..) através do LOT- Laboratório Organizacional de Terreno, criamos a Cooperativa do Estacionamento da Praça do Pescador formada por 35 famílias oriundas da

(...) Existe uma diferença grande entre o hoje e o ontem no sentido da participação, veja, se ontem a discussão do movimento feminista era propor retaguardas, hoje se pensa as retaguardas como fazendo parte de uma política maior de inclusão das mulheres, de uma política de gênero sendo construída. A nossa participação é hoje mais qualificada (Fátima Matos, atual Presidente do CMCF).

Todavia, a luta cotidiana entre a ação transformadora e a ordem mantenedora é um processo permanente. O conteúdo das práticas desenvolvidas confronta-se com o conteúdo ideológico da política neoliberal.

De um lado os Movimentos sociais reagem contra os processos de pobreza, exclusão social, desemprego, injustiças e desigualdades tão latentes e de outro, o sistema neoliberal que tece a teia do convencimento ideológico, clientelista, populista e que escamoteia esses fenômenos com medidas paliativas de atenuação dos antagonismos, com apelos populistas nos meios de comunicação de massa e com a introjeção de uma cultura social que eufemiza as contradições de classes e ao mesmo tempo induz à acomodação e a aceitação. O Projeto Bolsa-Escola Federal é um claro exemplo.

Ao mesmo tempo em que o governo neoliberal vende o patrimônio público e favorece os grandes grupos econômicos,

se caminhos de luta, de reivindicação e intervenção para alterar esse quadro de desigualdades e construir universalização.

A formação pretendida é compreendida como um instrumento que abre caminhos para construir o conhecimento que vai potencializar a percepção e a reflexão sobre o contexto de vivências.

O conteúdo formativo das práticas educativas desenvolvidas pela equipe do CMCF é vinculado às contradições que existem na sociedade, porque nenhuma educação pode prescindir da análise sobre as relações sociais e culturais existentes. Compreende-se que quanto mais a pessoa humana for levada a refletir sobre o seu contexto social, mais rápido será o seu ascenso a uma consciência crítica, uma vez que ela começa a enxergar a sociedade e seus fenômenos sociais para além da simples aparência, seu olhar se torna mais investigativo relacionando as causas e os efeitos das coisas.

Na medida em que a consciência crítica vai se formando, a pessoa vai se percebendo como sujeito social, ser que é capaz de refletir, de elaborar, de reivindicar e de se organizar como segmento de classe. O sujeito social descobre que é capaz de transformar e que a participação social é o seu principal instrumento de luta e inclusão.

possibilitar a construção de uma nova cultura social, de um novo pensar e de um novo agir. A Educação é um ato político que possibilita o diálogo entre as pessoas oprimidas para superação de sua condição de oprimidas e também a força moral, ética, afetiva e intelectual que vai qualificar as práticas educativas que fomentarão a construção da política social pública de gênero.

3.3. A Educação é o caminho principal: Reabrindo o arquivo de memórias - 1997 a 2001.

Construir uma nova Educação em que a mulher seja reconhecida como sujeito social e político, ser criativo, transformador é o principal desafio para mulheres feministas. Na medida em que essa construção for se efetivando, vai nascendo uma nova cultura de valorização, respeito e igualdade.

Na trilha dessa premissa, as práticas que foram sendo desenvolvidas pelo CMCF a partir de 1997, foram fundamentadas em uma pedagogia crítica que considera a realidade e o contexto social como referências de intervenção. As ações têm sempre um caráter de intencionalidade para possibilitar mudança qualitativa na vida das mulheres e dos homens no aspecto formativo e informativo.

Neste sentido, a mudança qualitativa que conduz a formação é referenciada pelo reconhecimento social da existência das desigualdades entre mulheres e homens no sistema social. Na medida em que essa questão se torna visível socialmente, abrem-

societário a ser construído, as estratégias e a forma de intervenção nessa direção.

- b) **Identidade e Diferença** – A identidade e a diferença estão em permanente processo de interlocução, porque estabelecem ao mesmo tempo a afirmação e a negação daquilo que queremos e o que não queremos. No tecido social em que o CMCF está inserido, a identidade e a diferença permeiam cotidianamente o debate interior, na medida em que congrega diferentes organizações, diferentes sujeitos sociais, com diferentes pensamentos, mas que nesse contexto tem uma identidade comum: a afirmação da luta pela garantia de direitos para mulheres e, portanto a negação de todas as formas de opressão, preconceito, exclusão e discriminação contra a mulher.

A relação permanente entre a afirmação e a negação estabelece uma dialogicidade entre a ação e a reflexão. Esse diálogo é um elemento básico constitutivo dessa rede.

A identidade política e social pela questão mulher possibilita que as diferenças existentes potencializem o debate, que a criação de estratégias e idéias sejam renovadas e abarquem um campo maior de intervenção.

Na rede de movimentos sociais em que o CMCF se insere, esse campo de intervenção é articulado em torno da Educação como principal instrumento de transformação que vai

No plano da renovação de utopias, a democratização da sociedade tem ocupado lugar privilegiado. Nesse sentido, as relações sociais na forma de redes tem significado especial par o ideal democrático. Concebem-se redes como formas mais horizontalizadas de relacionamento, mais abertas ao pluralismo, à diversidade e à complementaridade. Portanto, correspondendo como formato organizacional e interativo a uma nova utopia (1999:34).

Nesse sentido, a renovação de utopias configura-se como importante de impulsionamento das lutas sociais, pois é aí que reside a fonte que reunifica forças coletivas em prol de um mundo melhor. A utopia é um princípio fundante do compromisso político e social que mobiliza as pessoas no seu ideário de liberdade, justiça e igualdade.

As redes são um espaço plural de união para fomentar esse ideário e importante instrumento de formação de identidades e práticas políticas específicas.

O CMCF enquanto organização que atua **em rede**, condensa duas importantes características que dinamizam o seu cotidiano e (re) dimensiona o seu projeto de intervenção:

- a) Pluralismo ideológico – As várias organizações que o compõem representam pensamentos diversos sobre o projeto

As redes caracterizam pela busca de articulações mais horizontalizadas, evitando o centralismo e a burocratização organizacional. Envolvem a participação de atores múltiplos, para a realização de metas ou projetos comuns que se constroem diante de conflitos ou de uma ação solidária (SHERER-WARREN, 1999:62).

No interior dessa realidade, o CMCF constitui um canal de participação para pensar e propor sobre a política pública social de gênero e cidadania, admitindo-se o pluralismo e a diversidade de pensamentos para construir unidade de ação.

Esse processo interativo entre os sujeitos sociais participantes, requer níveis de organização e planejamento que os conduza à construção de um espaço público democrático e à realização de ações com impacto social.

Um dos elementos constitutivos desse processo refere-se ao redimensionamento da práxis social desenvolvida, esta entendida como o conjunto de ações sócio-educativas que consubstancia a teoria e a prática como elos indissolúveis na produção do conhecimento.

O redimensionamento significa, pois, um processo permanente de reflexão-ação que tem como elemento propulsor a **renovação de utopias**, conforme diz SHERER-WARREN:

Existe uma conexão permanente entre o CMCF e os movimentos sociais de mulheres, uma vez que são complementares na constituição de um espaço de representação institucional no município.

Nesta direção, introduzimos o conceito de **redes** na formulação de ILSE SHERER-WARREN, como estudo da dimensão das ações coletivas que circunscrevem os Movimentos Sociais:

Nos anos recentes novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva. Uma das formas vem sendo chamada de **rede**. Há pressupostos ideológicos para tal forma/estratégia de organização e relacionamento (SHERER-WARREN, 1999:28).

A concepção de redes pressupõe parcerias para construção de novas relações entre os Movimentos Sociais, bem como discussões e proposições sobre um projeto global de sociedade. Este projeto pressupõe a construção de cidadania e articulação. É o entrelaçamento desses dois fatores que possibilita a organização e parcerias com vistas a efetivação de políticas públicas.

Esses sujeitos coletivos são os que perpetuam a memória histórica de processos civilizatórios emancipadores, que constroem a indignação diante da reatualização de problemas antigos e das reconfigurações das misérias humanas e que sonham com a possibilidade de contribuir par a produção de uma sociedade mais justa e feliz (SHERER-WARREN, 1999 :11).

Os sujeitos coletivos emergem no interior dos processos de organização social como pessoas que criam e recriam a história através de práticas educativas que objetivam a mudança de uma realidade adversa à garantia de direitos e ao pleno exercício de cidadania. Pelo seu compromisso societário, essas pessoas são também reconhecidas como **sujeitos sociais**.

Os Movimentos Sociais constituem o espaço de representação em que os sujeitos sociais se organizam para sua intervenção, são imprescindíveis agentes de transformação, uma vez que tem uma prática reativa aos processos de opressão e violação de direitos.

Os movimentos Sociais que compõem o CMCF possuem uma característica reagente, pois são Movimentos que lutam pela **mulher** e, portanto contra um sistema cultural, político e econômico de opressão e violação de direitos.

sobre o feminino e conseqüentemente coloca em "xeque" a incoerência da ação estatal na solução desses problemas, ressaltando que a maioria de nossos representantes no Executivo e no Legislativo são homens e não estão interessados em repensar a sua cotidianidade.

Pensar a política social de gênero significa pensar imediatamente em **inclusão** e **igualdade**, um binômio de questões imprescindíveis para se construir universalização de direitos e equidade social .

3.2. Os Movimentos Sociais nessa construção

O CMCF é representado institucionalmente por um coletivo de mulheres de diferentes Movimentos Sociais que tem como objetivo comum a defesa de direitos das mulheres belenenses através do controle social e da proposição da política social pública de gênero. Neste sentido, considero que na dinâmica do seu fazer cotidiano e de seu objetivo comum existe um movimento social que conjuga uma rede de interações e articulações de organizações não governamentais em prol de uma ação coletiva.

Essa ação coletiva tem como protagonistas mulheres de diferentes Movimentos Sociais, as quais compreendem que o CMCF é um espaço democrático que admite a pluralidade e a diversidade para pensar e propor sobre a política pública de gênero.

O controle social demanda que a sociedade civil participe da formulação das políticas sociais, potencializando o debate para que a gestão pública avance no planejamento e na execução de ações para garantir direitos.

A garantia de direitos está, portanto intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de políticas públicas com caráter universalizador de direitos que envolvam uma gestão participativa entre a sociedade civil e o Estado.

O sistema de garantia de direitos compreende a articulação de ações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de uma grande frente de apoio à defesa de direitos e à construção de cidadania. O suporte desse sistema é exatamente a execução de programas e projetos através das políticas públicas setoriais.

Se dessa forma concebidas, as políticas públicas contemplam nas suas formulações um conteúdo social fundante que vai definir e qualificar a sua execução. Esta definição, que é política, vai também determinar os campos setoriais a serem priorizados.

De um modo geral, o Estado se omite na discussão e enfrentamento dos problemas sociais que envolvem a garantia de direitos para mulheres excluindo do debate essa questão, uma vez que a **questão mulher** coloca em evidência a construção cultural de valores, conceitos, preconceitos e representações do masculino

masculino e feminino; emprego e renda; creches; centros de atendimento jurídico e social, etc.

No caso da política de gênero, o conteúdo social está fortemente qualificado pela conexão que faz ao perpassar todas as demais políticas setoriais, uma vez que a **questão mulher** e as relações de gênero estão inseridas na educação, na assistência, na saúde, na moradia, etc...

O sistema de garantia de direitos compreende a articulação de ações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de uma grande frente de apoio à defesa de direitos e à construção de cidadania. O suporte desse sistema é exatamente a execução de programas e projetos através das políticas públicas setoriais.

No sistema de garantia de direitos em que as políticas públicas se circunscrevem, o eixo de controle social é determinante para qualificar o desenvolvimento da ação do Estado, é neste eixo que a sociedade civil protagoniza sua representação institucional através de Conselhos de Direitos, Fóruns Sociais e Organizações Não Governamentais reunindo forças, idéias, propostas que possam fazer pressão e sensibilizar a opinião pública sobre a ação do Estado. O eixo de controle social é base de sustentação par os eixos de defesa e promoção de direitos, ele abre espaços para uma intervenção mais qualificada.

Numa perspectiva inversa, considero que para se construir políticas sociais com caráter universalizador, há que se analisar o contexto de relações econômicas, sociais e políticas em que elas estão inseridas. Nesse contexto, a definição de como essa construção será edificada é balizada pelos níveis de organização, luta e negociação entre Estado e sociedade civil frente às áreas demandantes. As políticas sociais são, portanto, o conjunto de ações governamentais e não governamentais desenvolvidas para o enfrentamento dos problemas sociais, defesa de direitos e construção de cidadania em todos os campos setoriais. É exatamente a concepção desse enfoque social e o seu conteúdo de intervenção que torna uma política pública em política social.

Construir, a política social pública de gênero significa garantir o atendimento às demandas da mulher em cada setor do sistema de garantia de direitos, concomitante ao processo de construção da cultura de igualdade de direitos e equidade entre mulheres e homens, a qual é determinante para que essa construção se efetive.

O desencadear de uma política pública de gênero possibilitaria tirar da "invisibilidade" e trazer para o debate questões como: saúde integral; Defensorias contra violência doméstica; combate à discriminação no emprego; acesso à educação e à formação profissional; combate à polarização entre

concentração de renda e desigualdades sócio-econômicas que caracterizam a sociedade de classes no sistema capitalista de produção.

Desta forma, perante a "naturalização" das desigualdades, apresenta-se como alternativa válida uma melhor redistribuição dos recursos sociais. É assim, e para isso que entram em cena as políticas sociais, fundamentalmente ligadas a modelos de "Estados benfeitores", populistas, democracias sociais, etc. Tais políticas, entendidas como meras concessões por parte do Estado, que procuram reverter "desigualdades" naturais "produzidas na sociedade e no mercado, se fundamentam numa lógica de "desigualdade de signo contrário" (PASTORINI,1997:84).

Essa naturalização das desigualdades escamoteia o fenômeno pobreza e a exclusão social tão latentes na estrutura dessa sociedade gerada pelo modo de produção capitalista, estas manifestas no cotidiano das relações sociais e na organização da sociedade como, por exemplo: desigualdades de classe, de gênero, de raça, de etnia, de escolaridade, etc.

apenas a necessidade de corrigir os efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista. (PASTORINI, 1997).

No interior desse modelo está consubstanciado o repasse da idéia de que as políticas sociais são redistributivas de renda através de programas e projetos, os quais vão restabelecer o equilíbrio econômico aos chamados "carentes".

Assim as políticas sociais apresentam-se como aquelas ações que procuram restabelecer o equilíbrio social via redistribuição da renda. Ou seja, partindo da idéia de que existem oportunidades díspares, desigualdades econômicas etc., entram em cena as políticas sociais com o objetivo de compensar aqueles que foram "prejudicados" na distribuição. Esta redistribuição tem na tributação o principal instrumento de arrecadação de recursos "escassos", que serão orientados às populações carenciadas, indiretamente; como serviços ou diretamente, como ajudas econômicas; gerando, segundo os autores que aderem a esta corrente, o reequilíbrio social (PASTORINI, 1997).

Trata-se de uma visão tradicional de conceber a formulação de políticas sociais, que na realidade nada redistribuem, uma vez que em nada alteram o quadro de

3. POR UMA POLÍTICA SOCIAL DE GÊNERO

3.1. A Política Social De Gênero

As políticas sociais no Estado capitalista são idealizadas e executadas para compensar situações emergenciais e não alteram o quadro estrutural de necessidades e demandas. O atendimento dos segmentos que vão ser contemplados é feito mediante critérios pouco confiáveis, que vão desde o favorecimento clientelista por indicação de parlamentares, passando pelo apelo do nível de organização e reivindicação e também pelo nível de pobreza e miséria, Nessa direção, SPOSATI reflete que:

É interessante notar que no Brasil se usa o plural: políticas sociais e não a discussão do modelo de Estado social a adotar. A trajetória de responsabilidade social do Estado foi construída de forma fragmentada. Primeiro, os trabalhadores formais; os homens, depois as mulheres; primeiro os trabalhadores urbanos, depois os rurais etc. Assim, até hoje no Brasil o trabalhador doméstico não tem direito a cobertura de acidente de trabalho (1999:96).

O modelo de desenvolvimento é excludente e seletivo, não tem caráter universalizador de direitos. Nele, considera-se

Neste período de dez anos, o CMCF acompanhou o movimento nacional de mulheres que se organizavam em torno do objetivo de conquistar mais espaços políticos e sociais na organização da sociedade. Nesta década percebe-se a preocupação em fortalecer as lutas de combate à violência praticada contra mulheres e também em garantir direitos na Constituição Federal de 1988. São muitos os eventos realizados nessa época. As mulheres se fortalecem nacionalmente com o crescimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e o CMCF ganha destaque no movimento nacional de mulheres por ser o primeiro Conselho de Direitos da Mulher das regiões norte e nordeste, participando de vários eventos nacionais e também do principal evento internacional deste período que foi a Conferência Internacional de Beijing.

Entre os anos de 1991 e 1996, percebe-se que o CMCF não participa de muitos eventos de formação e informação. No levantamento de notícias do jornal, não foram encontrados dados relativos aos anos de 1992 e 1993, demonstrando que sua participação em atividades externas diminuiu consideravelmente em relação aos anos 80. O CMCF volta-se mais para capacitação interna dos estudos sobre gênero, considerando-se nesse contexto a falta de apoio dos governos municipais e a necessidade de aprimoramento sobre gênero como conceito de análise sobre a realidade social.

formal, de execução, passa a pertencer à estrutura organo - funcional do Estado. Na medida em que esse Estado estaria sendo administrado por forças democráticas, populares, você pode ter Secretária ou até mesmo um Secretário comprometido com os direitos das mulheres. Eventualmente num governo autoritário pode ter pessoa que utilize a fachada da Secretaria de Mulheres para prática da manipulação e do clientelismo (Edmilson Rodrigues, atual Prefeito de Belém).

A administração pública deve ter como objetivo primordial, atender as demandas da população e da cidade considerando os seus desenvolvimentos sociais, políticos, culturais, educacionais e econômicos. Através das políticas públicas setoriais essas demandas serão atendidas. Se esse processo for permeado pela formação e potencialização da cidadania e da consciência crítica da população, esta estará preparada para lidar com todas as adversidades que no seu cotidiano se apresentarem. Nesse sentido, creio que, se no futuro a cidade de Belém vier a ser administrada por um governo autoritário e a Secretaria de Mulheres tiver como dirigente uma pessoa que não corresponda aos interesses das mulheres, estas saberão como encaminhar, inclusive a história que aqui está sendo

puxando isso (Fátima Matos, atual Presidente do CMCF).

Uma base sólida de impulsionamento desta política seria a criação da Secretaria Municipal de Mulheres³, a qual vem sendo debatida no interior do CMCF e dos Movimentos de Mulheres e que foi referendada como principal proposta da Conferencia Municipal de Mulheres. Através dessa Secretaria seria desencadeado todo um processo de desenvolvimento da política social pública de gênero na gestão municipal, elevando o nível de reconhecimento da questão mulher, pois nesses cinco anos de *governo do povo*⁴ a **questão mulher** ainda não foi priorizada.

Sobre a criação da Secretaria, o Prefeito ainda não se sente bem esclarecido sobre como seria o seu funcionamento, o que em meu ponto de vista dificulta a tomada de decisão.

(..) Os resultados da Conferência foram apropriados pelo governo e o ponto que ainda está em discussão é a Secretaria, é a questão da sua autonomia política. Qual é o risco no campo do debate, digamos assim, mais filosófico? Em que existindo uma Secretaria, ela passa a ser um órgão

³ A criação de Secretarias ou Coordenadorias de Mulheres é uma orientação nacional do PT aos seus governos.

⁴ Governo do Povo é a marca que denomina a administração Edmilson Rodrigues.

assim como uma política voltada para a formação pra as relações de gênero envolvendo o governo como um todo , como campanhas e outros". (Edmilson Rodrigues, atual Prefeito de Belém).

Considero que já existe um processo de conhecimento e convencimento sendo construído sobre a necessidade de se efetivar políticas públicas com o olhar de gênero, porém não basta só admitir isso e dizer que as mulheres são ou serão atendidas, é preciso estabelecer como isso será feito na perspectiva de inclusão e universalização. Nesse sentido, posso afirmar que somente com o desenvolvimento de uma política social pública de gênero , a realidade das mulheres pode melhorar no sistema de garantia de direitos, porque a política social de gênero alcança horizontes mais plurais, envolvendo a participação de todos os setores e também dos homens nessa construção.

(..) Uma coisa é as mulheres de Belém serem potencializadas, outra é políticas específicas à mulher como ações afirmativas para reduzir determinado quadro. Política específica não existe, poderia existir se fosse implantada a política pública de gênero, com a Secretaria de Mulheres

pertence, até agora, ao gênero dos futuríveis
(BOBBIO,1987:158).

Existe uma lacuna entre o pensar e o agir quando esse elo de ligação é fragilizado pela falta de prioridade na agenda política de governo e até mesmo pela falta de aprofundamento sobre aquilo que se tem a intenção de fazer. Na entrevista que fiz com o Prefeito Edmilson Rodrigues, suas análises demonstram seu compromisso com uma sociedade mais justa, mais igualitária de direitos e sua sensibilidade com as demandas da mulher, faltando, porém "mais ousadia" como ele mesmo diz, para avançar na construção da política pública de gênero.

(...) Inverter prioridades na ação de governo, no desenvolvimento de políticas públicas significa perseguir um objetivo que é diminuir as desigualdades sociais. Aí surgem as mulheres, os negros as pessoas portadoras de deficiências.

(...) Falta mais ousadia para que nós possamos desenvolver essa política mais clara, mais direcionada, evitando a diluição. Na FUNPAPA, SEMEC e SESMA é onde se dá mais essa discussão. Mas acho que é possível definir algo

agora foi conseguido, esperava-se mais democracia e universalização.

Sob esta ótica, acredito que o discurso sobre democracia e liberdade pode não passar de simples retórica se não conseguir efetivar o princípio básico de igualdade social, que segundo BOBBIO é o elemento fundante da democracia substancial, diferenciando-se da democracia formal que diz respeito somente à forma, mas não ao conteúdo. O autor considera que historicamente as duas formas não conseguiram fundir-se e configurar um elemento conotativo comum de universalização de direitos e socialização do poder.

Desta ausência de um elemento conotativo comum temos a prova da esterilidade do debate sobre a maior ou menor democraticidade dos regimes que se inspiram uns no princípio do *governo do povo*, outros no princípio do *governo para o povo*. Cada um dos regimes é democrático segundo o significado de democracia escolhido pelo defensor e não é democrático no significado escolhido pelo adversário. Além do mais, o único ponto sobre o qual um e outro poderiam concordar é que uma democracia perfeita deveria ser ao mesmo tempo formal e substancial. Mas um regime deste gênero

É preciso avançar e realmente dar o salto de qualidade para além de ações focalizadas.

Temos sido bem sucedidos, até mesmo do ponto de vista internacional e recebido prêmios em nossas gestões. Todavia esses prêmios se dão visibilidade e qualidade a nossa capacidade de produção de projetos sociais, referem-se a experiências localizadas que atendem a um grupo ou a uma necessidade específica. Nesse caso, a universalização não é incorporada. Portanto, se não atentarmos para a perspectiva mais ampla e universal, poderemos fortalecer o engodo neoliberal da focalização, sem estender o caráter exemplar àqueles que vivem em situações similares a dos incluídos nesses projetos bem sucedidos (SPOSATI, 1999: 88).

O Movimento de Mulheres em Belém foi uma importante base de apoio à eleição do governo democrático e popular representado pelo PT que acima de tudo representava um projeto de sociedade comprometido com a transformação, seria a voz e a vez das pessoas oprimidas. Esperava-se mais do que até

Coordenadora do Núcleo de Estudos de Assistência Social e Seguridade Social da PUC de São Paulo.

É preciso entender que não cabe falar só entre nós e para nós mesmos. É preciso que a sociedade altere valores, passando a abraçar aqueles favoráveis à universalização da cidadania. Entendo que há um esgotamento do nosso modelo inicial de propor e realizar políticas sociais em nossos governos com base principalmente na inversão de prioridades. Isso não significa anular o que temos conquistado, mas entender que o que já conquistamos permite dar um salto de qualidade para marcar a diferença e construir o futuro (SPOSATI,1999: 87).

No caso específico da política social de gênero, tenho plena convicção de que não seria só mais uma marca, mas também e fundamentalmente um diferencial, posto que no seu interior está colocada a construção de novos valores e o redimensionamento na forma de pensar e conceber a mulher e o homem na sociedade.

É preciso compreender que a política social de gênero alcança um patamar de universalização dentro do princípio de igualdade entre mulheres e homens e que é impossível construir democracia e socialismo sem igualdade de direitos em todos níveis.

² ALDAÍZA SPOSATI, é vereadora do PT na cidade de São Paulo e Professora Titular e

apresenta é fruto de uma violência doméstica ou sexual (Fátima Matos, atual Presidente do CMCF).

Apesar das dimensões alcançadas no campo político – social, o CMCF e a sua luta pela construção da política social de gênero são pouco reconhecidas e valorizadas na estrutura municipal.

As vozes das mulheres incontinentes se levantam, mas o seu eco é abafado por outros interesses e pela incompreensão de que é preciso construir novos paradigmas de ação na gestão municipal para realmente marcar a diferença entre trabalhar para os excluídos e trabalhar pela inclusão e contra a exclusão. O compromisso de um governo democrático e popular deve ser de construir universalização de direitos e cidadania.

De acordo com SPOSATI² quando analisa as políticas sociais nos governos petistas, um dos principais desafios que se apresentam para o PT é: Como construir um referencial petista pra as políticas sociais? Como incorporar os excluídos, respeitar as diferenças e produzir políticas sociais de caráter universalista? A mesma autora coloca que é necessário estar em permanente processo de construção com a população para que as ações não sejam *“verdades isoladas do Executivo ou do PT”*.

socialmente e que se faz necessário construir novas relações (CABRAL, 2000: 8) .

No interior dessa realidade é fundamental que haja representação e participação feminina junto aos setores responsáveis pelo planejamento e gestão das políticas, pois o olhar específico de gênero é elemento fundante no desenvolvimento de ações voltadas à mulher.

Essa representação política, o CMCF vem sedimentando ao longo dos anos, não só ao nível municipal, mas também ao nível nacional e internacional, quando participa de eventos, consubstanciando seu caráter participativo e propositivo.

(...) O Conselho de Belém é o único a nível de Brasil que participa da câmara temática de violência do Ministério da Saúde, que objetiva criar um programa nacional de atendimento humanizado para mulheres vítimas de violência que são atendidas no setor saúde. É uma discussão qualificada onde se pretende que todo serviço de saúde esteja preparado, qualificado para atender vítimas de violência. Por exemplo, o médico traumatologista deve estar qualificado para perceber se aquela fratura que uma mulher

história construída pelas mãos de muitos sujeitos tem mais possibilidade de ser transformadora, principalmente se nesse processo forem assegurados o respeito à diversidade e à pluralidade de pensamentos naturalmente existentes em grupos sociais. Mulheres de partidos, sindicatos, donas de casa, operárias, prostitutas, todas com suas experiências de vida e singularidades, mas com o ideário de luta pela emancipação da mulher, souberam protagonizar esse objetivo comum e construir uma trajetória exitosa que agora deixa os arquivos silenciosos para colocar-se em evidência e socializar esta experiência.

Nesse sentido, a ampliação de cidadania feminina no cenário municipal caminha a passos firmes na perspectiva de conquistar mais espaços, isso dentro de um tempo histórico limitado, pois o processo de transformações depende da mudança de mentalidade que implica na construção de uma nova educação e de uma nova cultura de gênero.

Pensar a gestão pública com uma política de gênero sendo desenvolvida, implica principalmente repensar a cidade e as relações sociais e culturais existentes entre mulheres e homens, compreendendo a ambos como sujeitos de direitos, mas admitindo-se que existem desigualdades latentes na forma como são considerados

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Conselhos Municipais de Direitos representam a consolidação de um espaço político institucional dentro das administrações públicas para fiscalizar o poder público e participar do gerenciamento da cidade, propondo ações para garantir direitos. Os Conselhos atuam em um espaço político contraditório na medida em que devem defender os interesses coletivos acima de qualquer circunstância, mesmo que entrem em conflito com as administrações municipais.

Na história do CMCF, desde sua implantação até os dias de hoje, a luta para garantir direitos das mulheres de Belém faz parte de seu cotidiano e em nenhum momento foi deixada de lado, mesmo quando o quadro político esteve muito adverso, esse compromisso não esmoreceu. Estratégias foram buscadas para potencializar sua intervenção, demonstrando-se o amadurecimento e a força aguerrida da mulher belenense.

A força política do movimento de mulheres não arrefeceu nesses 15 anos, pois entre quatro administrações municipais com ideologias e projetos políticos diferentes, o CMCF não perdeu o que já havia conquistado no âmbito da administração municipal.

Algumas características impressionam e trazem um diferencial na forma de atuação do CMCF, demonstrando que a

serviços à mulher vitimizada: uma análise na região metropolitana de Belém”.

Intensificando a conquista de espaços políticos na gestão municipal, no ano de 2000, o CMCF organiza e realiza a I Conferência Municipal de Mulheres, coordena a implantação do espaço Lilás de Comercialização e conclui a pesquisa “A cara da violência de gênero e dos serviços à mulher vitimizada: uma análise na região metropolitana de Belém”. Em 2001, organiza nos bairros a participação das mulheres no Congresso da Cidade, além de subsidiar a implantação de Conselhos no interior do Estado e também na cidade de São Luís – Ma.

Neste período de 1997 a 2001, o CMCF desencadeia um conjunto de ações nos bairros de Belém na perspectiva de fortalecer a organização das mulheres e discutir o conceito de gênero nas relações sociais, bem como a implantação da política social de gênero no município. São inúmeros os eventos que o CMCF participa como expositor de temas sobre gênero.

O modelo de administração municipal baseado no planejamento participativo com realização de fóruns distritais e congressos setoriais possibilita que o CMCF constitua-se como parceiro importante nas discussões setoriais e principalmente junto ao segmento feminino.

Percebe-se também a realização de várias atividades voltadas à discussão da temática de combate à violência doméstica, configurando a existência de um quadro ainda adverso neste campo da preservação do direito à integridade, ao respeito e à dignidade da mulher, mesmo havendo passado um período de 15 anos desde a implantação do CMCF.

Na análise cronológica desse período, identifica-se um aumento gradativo de realizações de cursos, oficinas e seminários voltados para discutir temas relacionados à organização, ao trabalho e às políticas públicas. Destacando-se também a realização de dois importantes projetos no ano de 1999: "Espelho: um reflexo da diversidade" e "Trabalho feminino e prostituição", além de iniciar a pesquisa "A cara da violência de gênero e dos

serviços de atendimento à mulher vitimizada: Uma análise da região metropolitana de Belém.	Belém.	
Participação nos Congressos Setoriais e Temáticos preparatórios ao Congresso da Cidade.	Belém.	
Encontro de Mulheres do Laranjal do Jarí.	Monte Dourado-Pa.	
Encontro Nacional sobre Violência Contra a Mulher	Porto Alegre-RS.	
Realização de 10 oficinas preparatórias ao Congresso da Cidade.	Belém.	
Congresso Municipal da Mulher de Belém.	Belém.	
Seminário Nacional de apoio à implantação de Conselhos da Mulher.		
Encontro das Mulheres de São Luís para implantação do Conselho Municipal.	Belém. São Luís-Ma.	

FONTE: JORNAL "O LIBERAL" E DOCUMENTOS DO CMCF.

	Mulher.		
	Sessão solene na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa.	Belém.	Dia Internacional da Mulher.
	Capacitação de Agentes de Saúde da Prefeitura de Belém sobre violência doméstica.	Belém.	Capacitação de servidores municipais sobre violência de gênero.
	Mesa redonda "Violência sexual e doméstica", em parceria com o Ministério Público.	Belém.	Ação do projeto de Prevenção e combate à violência desenvolvido pelo CMCF.
	Programação cultural " Gêneros diferentes, direitos iguais" nos bairros de Belém, em parceria com o Fórum de Mulheres Paraenses.	Belém.	Atividades realizadas durante o ano
	Audiências Públicas com o Governador do Estado e com o Presidente do Tribunal de Justiça para cobrar a efetivação de políticas públicas para a mulher.	Belém.	Discussão nacional sobre o Plano Nacional de Atendimento à Mulher Vitimizada.
	Atividades de formação e sensibilização do Projeto Trabalho Feminino e prostituição. (Oficinas, palestras, reuniões, cartilhas).	Belém.	Capacitação para técnicos e professores das escolas municipais.
	Elaboração da Pesquisa "A cara da violência de gênero e dos serviços à mulher vitimizada: Uma análise na região metropolitana de Belém".	Belém.	Ação do projeto de Prevenção e combate à violência desenvolvido pelo CMCF.
	Curso "Violência de gênero e direitos da mulher".	Belém.	Participação do CMCF como expositor.
	Reunião da Câmara Temática sobre Violência.	Brasília.	Orientação para plataforma de propostas de políticas públicas para a mulher de Belém.
	Elaboração do Projeto "Espelho, um reflexo da diversidade".		Ação do Projeto Saúde e Educação do CMCF
	Atividades de formação e sensibilização sobre o projeto "Espelho, um reflexo da diversidade."		Ação do Projeto Saúde e Educação do CMCF

3.4. Cronologia dos principais eventos que o CMCF participou no período de 1997-2001.

ANO	EVENTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	REFERÊNCIA
1997	Inauguração do Albergue Emanuele Diniz.	Belém	Dia internacional da Mulher e Política Municipal de apoio às mulheres vitimizadas.
	Sessão solene na Câmara Municipal de Belém e na Assembléia Legislativa.	Belém.	Dia Internacional da Mulher.
	Lançamento da Feira da Mulher de Belém	Belém.	Atividade do Projeto Trabalho Feminino e Prostituição.
	Seminário estadual sobre Exploração de Crianças e Adolescente.	Belém.	Campanha nacional de combate à violência.
	Seminário estadual sobre assédio sexual no trabalho.	Belém.	Atividade do Fórum de mulheres paraenses.
	Encontro estadual sobre trabalho feminino e políticas públicas.	Belém.	Dia latino-americano e caribenho contra violência sexual e doméstica.
1998	Passeata contra a violência sexual e doméstica.	Belém.	Dia Internacional da Mulher.
	Sessão solene na Câmara Municipal de Belém e na Assembléia Legislativa.	Belém.	Dia Internacional da Mulher.
	Debate sobre as conquistas do Feminismo.	Belém.	Projeto do CMCF de combate à violência.
1999	Colóquio "Mulher grita contra a violência" em parceria com o Movimento de Promoção da	Belém.	Dia Internacional da Mulher.

A Conferência que teve como tema: "**O futuro da mulher no novo milênio¹**" representou a capacidade de organização das mulheres dentro do espaço político institucional da cidade, traduzindo um significativo processo de politização. As proposições debatidas e retiradas da Conferência ganharam representatividade no cenário político municipal, ante a expressiva participação de centenas de mulheres.

Nesta perspectiva, a Conferência referendou a luta por direitos sociais, enfatizando a premissa de que os direitos das mulheres não são facultativos e devem ser garantidos pelo poder público e pela sociedade, isso implica numa responsabilidade conjunta de todos os setores e que esse é o ponto chave para execução de políticas públicas: Um sistema de garantia de direitos que tenha interlocução permanente entre os atores sociais envolvidos, possibilitando a participação em todo o processo de planejamento, implantação e gestão de programas municipais.

A Educação como ato político de criação e recriação das potencialidades, como instrumento que possibilita conhecer o mundo em todas as suas dimensões é realmente o principal caminho de luta, reivindicação e transformação.

A realização da I Conferência Municipal da Mulher em março de 2000 é avaliada como um dos momentos políticos mais importantes desta trajetória, uma vez que representa a organização de um coletivo de mulheres de grande amplitude com 700 Delegadas legitimamente credenciadas para discutir e propor soluções às demandas existentes. O processo de organização deu-se com a participação das mulheres nos bairros, discutindo suas necessidades e propondo alternativas de atendimento a essas necessidades.

(..) Para mim a Conferencia foi um avanço da discussão sobre a mulher em todos os aspectos, essa discussão chegou a muitos lares . A discussão foi popularizada, lógico que houveram atropelos. Queríamos duas coisas, que tivesse qualidade e resultados e conseguimos cumprir isso dentro do Movimento Feminista. Me impressionou a unidade para chegar a essa Conferencia que não estava orçada e quase nem foi realizada (Isa Cunha, atual Secretária Executiva e Ex. presidente do CMCF).

(..) A Conferencia foi mais um avanço que partiu do acúmulo histórico que o Movimento de Mulheres já tem e da ousadia de realizar em cada Distrito o debate temático (Edmilson Rodrigues, atual Prefeito de Belém).

essa discussão em 10 escolas (Fátima Matos, atual Presidente do CMCF).

Outros espaços importantes de formação e informação também foram sendo alcançados pelo CMCF, como por exemplo, a elaboração da Pesquisa: **"A cara da violência de gênero e dos serviços de atendimento à mulher vitimizada: uma análise na região metropolitana de Belém"** e a realização da **"I Conferencia Municipal da Mulher"**. Quanto à pesquisa, esta é um instrumento científico de investigação e produção de conhecimentos, abre caminhos para intervenção e dá sustentação às proposições de serviços de atendimento. Essa pesquisa foi elaborada pela equipe técnica do Projeto **Prevenção e combate à violência sexual e doméstica** desenvolvido pelo CMCF e levantou importantes subsídios, identificando os locais, os tipos de violência, a rede de serviços e a qualidade do atendimento e o perfil das mulheres vitimizadas.

Com os resultados da Pesquisa, estamos nos municinando para fiscalizar a ação do poder público e ao mesmo tempo propor alternativas para o desenvolvimento de uma política de prevenção e combate à violência (Eliana Pereira, Coordenadora do Projeto de Prevenção e Combate à Violência).

contada vem exemplificar isso . Os riscos e os desafios são parte integrante de todo processo de transformação social.

Por outro lado, este raciocínio do Prefeito me parece muito simplista, pois se assim o fosse, também não existiriam as outras Secretarias Municipais. Portanto, creio que é preciso avançar na perspectiva intersetorial, na inclusão e na ousadia de fazer a revolução social da cidade.

É evidente que a construção da política pública de gênero requer a superação de muitos desafios. O CMCF vem sedimentado a base dessa construção ao longo de sua trajetória, principalmente nesses últimos quatro anos de governo, todavia ainda existem muitas conquistas a serem efetivadas num contexto social em que predomina a cultura de supremacia do masculino sobre o feminino. Nesse contexto, as mudanças são graduais, principalmente quando requerem a mudança de mentalidade, elemento fundante na construção da consciência de gênero.

Nesse processo de construção, O CMCF precisa efetivar mais o seu eixo de controle social, o que significa fiscalizar a ação do poder público, pluralizar o debate com o governo e com a sociedade e exigir o atendimento das demandas, dado que o controle social é um eixo de sustentação da autonomia e da força política de qualquer Conselho de Direitos. Vejo que isso esmoreceu nesses últimos anos, não só pela necessidade que o CMCF teve de executar ações, direcionando mais sua atenção para esse aspecto,

mas também pelo fato de que agora no governo estão os companheiros históricos de luta, está na vitrine um projeto político de sociedade que era esperado há muito tempo. Essa avaliação é clara para o CMCF que já condensou esse redimensionamento ao seu planejamento plurianual (2001/2004).

(..) O Conselho não é executor, mas para garantirmos ações para as mulheres, tivemos que executar algumas coisas, o que por exemplo qualificou algumas ações, mas também comprometeu o papel nosso, de monitoria das políticas públicas. Nesse ano agora de 2001, o Conselho vai realmente cumprir o seu papel (Leila Barreto, equipe técnica do CMCF).

A autonomia de um Conselho de Direitos é a sua base de sustentação política, é a autonomia que garante a sua identidade de defesa de direitos. Isso não significa seu isolamento de um trabalho em parceria com o Estado, mas pelo contrário, significa ter que desenvolver habilidades para exercer um papel de órgão questionador, fiscalizador e ao mesmo tempo potencializar um diálogo permanente com o Executivo em prol dos direitos da população. Entre momentos de lutas, de sonhos, de alegrias, de tristezas, de união e de criação, o CMCF nesses 15 anos de história

conseguiu garantir essa autonomia e teve como resposta a conquista de um espaço reconhecido socialmente e politicamente no sistema de garantia de direitos.

Considerando a história que aqui foi contada e as análises efetivadas, posso afirmar que a redescoberta de um passado de lutas que tem como protagonistas mulheres brasileiras, paraenses, amazônicas, ratifica o meu pensamento de que é possível fazer e transformar e que a organização social é a mola propulsora de qualquer processo de transformação. Posso afirmar também que a junção gênero e história para análise das relações sociais constitui-se como uma imposição no processo de transformações da humanidade. O passado e o presente também são élanos indissolúveis para problematizar o vir a ser cotidiano. A história do CMCF ao sair do "arquivo" coloca em evidência essas determinações, fortalecendo a luta das mulheres por uma sociedade igualitária.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marina, CARDOSO, Franci, RIBEIRO, M.^a Aparecida. **Movimentos populares - Algumas questões emergentes na constituição de sujeitos coletivos.** In Revista Serviço social e Sociedade N.º 39. São Paulo. Cortez, 1992.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BANDEIRA, Lourdes. **Feminismo: Memória e história.** In: Feminismo, memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Deis. **A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo.** In: Feminismo e gênero. Sociedade e Estado. Dep. De Sociologia. Brasília: Ed. Paralelo, 1997.
- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e poética:** ensaios, literatura e história da cultura. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito;** tradução Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política**. 8º ed. São Paulo. Paz e Terra, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembrança de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CABRAL, Assunta Maria Fiel. **Por uma política pública de gênero: a experiência do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém – Pa**. In . Caderno de Comunicações do II Encontro Nacional de Seguridade Social. Porto Alegre, 2000.

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA.

Documento Síntese. Belém: CMCF, 1999.

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA.

Relatório de Atividades. Belém: CMCF, 1999.

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA.

Relatório de Atividades. Belém: CMCF, 2000.

DEBATE FEMINISTA. **Cidadania e feminismo**. Edição especial. Produzido por Mefis Culturales/ Cidade do México. São Paulo. Melhoramentos, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 1990.

GOGGIOLA, Osvaldo. **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia da Indignação**.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEILBORN, Maria Luiza; ARRUDA, Angela. Legado feminista e ONGS: notas preliminares. In: **Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs**. Rio de Janeiro: IBAM; Madrid: Instituto de La Mujer, 1995.

- KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra.,1985.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro: Vozes ,1997.
- NORA, PIERRE.(Org) **Ensaio de ego – história**.Lisboa : Edições 70, 1987.
- MADEIRA, Maria das Graças de Lóiola. **Recompondo memórias da Educação: A escola de aprendizes artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: Gráfica do CEFET. 1999.
- McLAREN, Peter, LEONARD, Peter e GADOTTI, Moacir (org). Paulo Freire: **Poder, desejo e memórias da libertação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- MATOS, Kelma. **Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular** . Fortaleza: UNIFOR,1998.
- PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanço e retrocessos na categoria concessão-conquista**. In Revista serviço Social e Sociedade N.º 53. São Paulo: Cortez,1997.
- PINTO, Celi Regina. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI,

Cristina (Orgs) **Uma questão de gênero.** São Paulo Rosa dos Tempos Fundação Carlos Chagas, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM .Plano Municipal de Assistência Social . Belém, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Diário Oficial do Município de Belém. DOM. PMB, 1988.

RIBEIRO, Marlene. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais.** In revista Serviço Social e Sociedade N.º 58. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação** (Orgs). Campinas: Histedbr, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza.** Cortez. S. paulo,1988.

_____. **Políticas sociais nos governos petistas.** In: **Governo e Cidadania: balanços e reflexões sobre o modo petista de governar.** Fundação Perseu Abramo.São Paulo, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadanias sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** Hucitec. S. Paulo, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** Ed. Loyola. S. Paulo, 1996.

- SAFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. Ed. Moderna. S. Paulo, 1987.
- SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Vozes. Petrópolis. R. de Janeiro, 1979.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Cortez, 2000.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Paz e Terra. R. de Janeiro. 1992.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão e RODRIGUES, Luís. **Novas Configurações em movimentos sociais: Vozes do Nordeste**. João pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2000.
- YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. Vozes. S. Paulo, 1996.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação e cidadania**. In Revista Serviço Social e Sociedade N.º 62. São Paulo. Cortez, 2000.

ANEXOS



O Prefeito Fernando Coutinho Jorge e a Presidente do CMCF Madalena Mendonça em solenidade comemorativa ao Dia Internacional da Mulher em 1987.

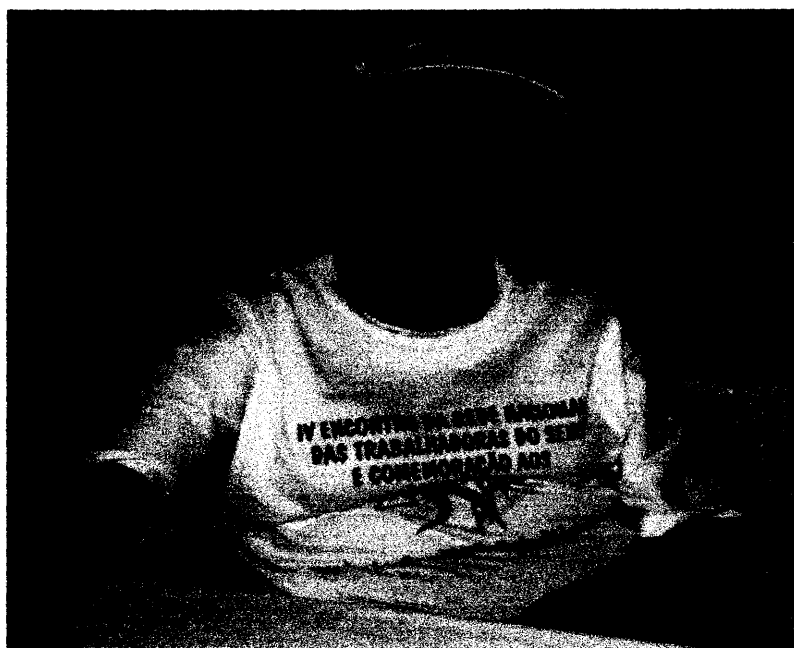


Madalena Mendonça (acima), foi a primeira Presidente do CMCF.
Iolanda Dayse (abaixo), participou do processo de implantação , é atual
Conselheira do CMCF.

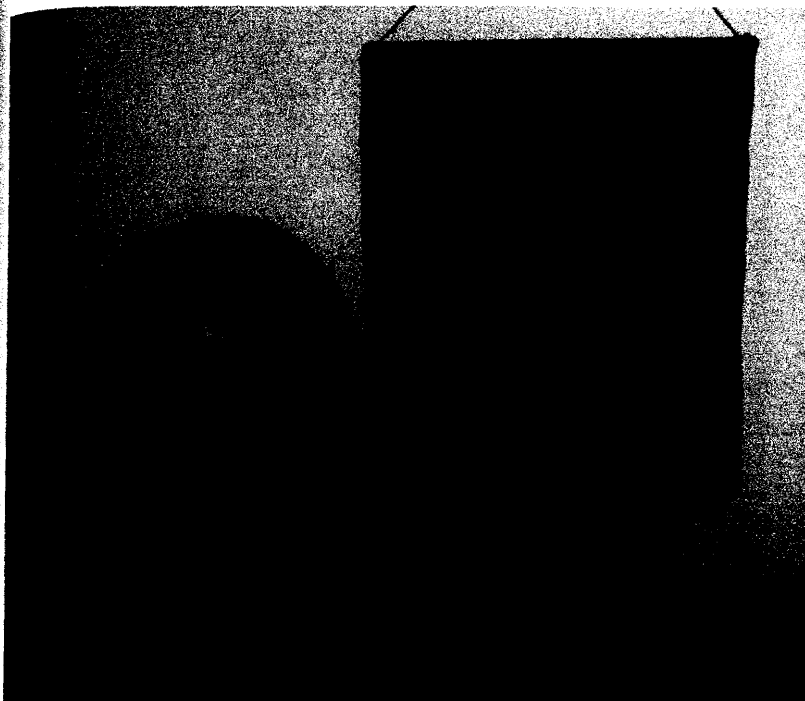
Eliana Pereira, atual Conselheira, coordena o projeto de combate á violência do CMCF.



Lourdes Barreto, ex. Conselheira.



Fátima Matos, atual presidente do CMCF.



Fátima Matos, participando da implantação do Conselho Municipal da Mulher de São Luis – M em fevereiro /2001.



Exposição de trabalhos da Central de Comercialização, em 2000.



O Prefeito Edmilson Rodrigues e Fátima Matos na abertura da I Conferência Municipal das Mulheres de Belém em março de 2000.



mandasurin@hinc.com.br